

Exercício findo a 30 de Junho de 2013
1 de Julho 2012 a 30 Junho 2013

Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA

Av. Julius Nyerere, nº 4003

Tel. 21 498257, 21 498260 – Fax: 21 498262

www.cmh.co.mz

Maputo, Moçambique

Demonstrações Financeiras

Do exercício findo a 30 de Junho de 2013

Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, S.A

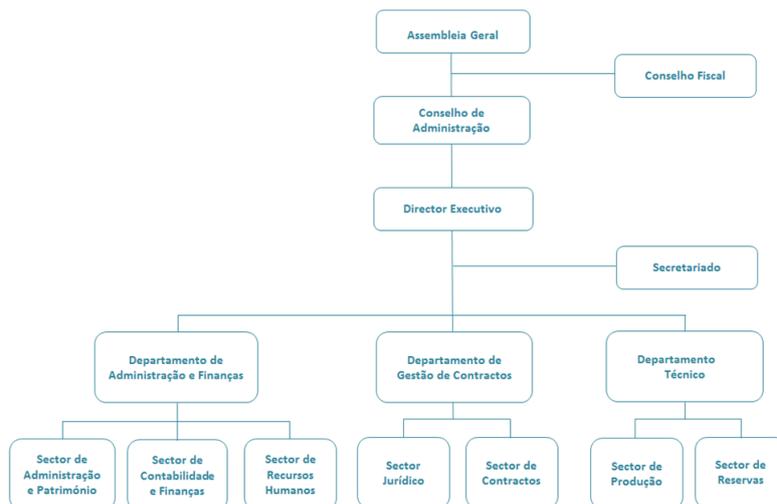
INDICE

	PÁGINA
I. INFORMAÇÕES DA EMPRESA	1
II. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	2
III. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	6
IV. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES	24
V. RELATORIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	25
VI. BALANÇO	27
VII. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	28
VIII. VARIAÇÃO DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	29
IX. MAPA DO FLUXO DE CAIXA	30
X. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	31 -66

I. INFORMAÇÕES DA EMPRESA

Nome da Empresa:	Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA
Número de Registo Comercial:	13 259
NUIT:	400 102 961
Conselho de Administração:	<ul style="list-style-type: none">▪ Eng.º John William Kachamila (Presidente)▪ Dr. Eduardo Joaquim Mulémbwè (Administrador)▪ Dr. Joaquim Ali Caronga (Administrador)
Accionistas:	<ul style="list-style-type: none">▪ Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (70%)▪ Governo de Moçambique (20%)▪ Investidores Privados Nacionais (10%)
Capital Social (30 de Junho de 2013):	MT 593 411 500
Número de Acções:	5 934 115
Auditores:	KPMG Auditores e Consultores, SA
Endereço:	Av. Julius Nyerere, nº 4003 Maputo – Moçambique
País de Constituição:	A CMH, SA foi registada em conformidade com as Leis de Moçambique
Visão da CMH:	Assegurar a óptima utilização do recurso gás natural, no presente e futuro, e sua infraestrutura, através da optimização das suas operações e assegurar/prover acesso de mais gás ao mercado.
Missão da CMH:	Maximizar o valor para os accionistas, resultante dos investimentos realizados na produção de gás natural, nos campos de Pande e Temane, em total cumprimento dos direitos e obrigações contratuais.

Estrutura da CMH:



II. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Temos a honra de apresentar o Relatório do Conselho de Administração e as Contas auditadas relativas ao exercício económico findo em 30 de Junho de 2013.

O exercício económico foi caracterizado pela conclusão das negociações de venda de cerca de 27 MGJ/ano de gás para o mercado Moçambicano.

A expansão da capacidade produtiva dos campos de gás de Pande e Temane e da central de processamento (CPF) levada a cabo em 2011 e 2012 ainda não gerou receitas adicionais para a empresa, nem o fornecimento de gás adicional para o mercado local. Com a conclusão das negociações acima mencionadas, a CMH e os seus parceiros serão capazes de recuperar o investimento realizado no projecto de expansão mais rapidamente e os projectos locais irão beneficiar do gás adicional a ser fornecido pelo gás de Pande e Temane.

Após o período de disponibilidade dos empréstimos de expansão, a CMH começou a distribuir adequadamente dividendos aos seus accionistas. Durante este exercício económico findo em Junho de 2013, um montante total de USD10 470 000 (Dez milhões, quatrocentos e setenta mil Dólares americanos) foi pago aos seus accionistas. Este pagamento foi de acordo com o desempenho positivo dos rácios financeiros da CMH. O objectivo é continuar a pagar mais dividendos aos nossos accionistas. Contudo, a empresa ainda enfrenta muitos desafios com investimentos adicionais necessários nas operações, para garantir o fornecimento de gás para as necessidades crescentes do mercado moçambicano e a necessidade de aumentar as reservas de gás para futuros projectos em Moçambique.

Podemos ver, pelas nossas demonstrações financeiras que, a CMH reportou um lucro líquido de USD 29 402 640 (Vinte e nove milhões, quatrocentos e dois mil, seiscentos e quarenta Dólares Americanos) o que representa um aumento de 3% comparando com o resultado do exercício económico findo em 30 de Junho de 2012.

Este aumento do lucro é devido ao aumento do fornecimento de volumes adicionais de gás e condensado no âmbito dos contratos com a Aggreko e com a ENH, não obstante os

preços de gás e condensado terem baixado.

Durante este ano, a CMH pagou impostos num montante total de USD5 849 448 (Cinco milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e oito Dólares americanos) ao Estado, dos quais; 61% representam impostos sobre o rendimento da empresa (IRPC), 26% representam retenções na fonte (IRPS e IRPC), 11% representam impostos sobre o rendimento dos trabalhadores (IRPS), 2% representam contribuições para a segurança social (INSS).

Em relação aos empréstimos, um montante de USD15 372 450 (Quinze milhões, trezentos e setenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta Dólares Americanos) foi pago durante este exercício económico, dos quais USD9 892 574 (Nove milhões, oitocentos e noventa e dois, quinhentos e setenta e quatro Dólares Americanos) em amortização do capital e USD5 479 876 (Cinco milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, oitocentos e setenta e seis Dólares Americanos) em juros de empréstimos.

Não obstante a prevalência da recessão económica mundial, a CMH empreendeu esforços para realizar investimentos de curto prazo dos fundos que estão nas contas de reserva no exterior. Fundos adicionais resultantes destes investimentos de curto prazo serão auferidos no próximo exercício financeiro.

Em termos de formação, nós continuamos a prestar muita atenção à formação do nosso pessoal. Todo o pessoal da CMH têm vindo a beneficiar de cursos de formação em Moçambique ou no estrangeiro regularmente, e estamos a dar mais atenção à formação especializada na área de petróleo e gás natural.

É com satisfação que agora estamos a observar maior cometimento por parte do operador em aumentar a formação dos trabalhadores locais, bem como, colocar trabalhadores nacionais em posições mais cimeiras da gestão na instalação em Temane (CPF). Há uma necessidade de melhorar os salários e benefícios sociais para atrair mais talentos moçambicanos para o projecto e estancar a saída de trabalhadores nacionais com talento para outros projectos em implementação no país.

Nas operações, há desafios que temos vindo a enfrentar devido ao aumento nos custos

de manutenção e novos projectos em despesas de capital para manter a capacidade actual de produção. As discussões continuam com os nossos parceiros sobre estas questões que tendem a afectar, os nossos compromissos financeiros e, finalmente, o pagamento de dividendos e pagamento antecipado de empréstimos mais caros.

Durante este exercício, realizamos uma Assembleia Geral Ordinária no dia 27 de Novembro de 2012, onde o relatório de gestão e as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 30 de Junho de 2012 e a distribuição de lucros foram aprovados. Uma outra Assembleia Geral teve lugar em 11 de Março de 2013, em que foi aprovado a assinatura do contrato de venda Gás à ENH, e foi homologado o contrato de venda de gás a Aggreko.

Em termos do meio ambiente temos a honra de informar que o operador mantém o bom desempenho nas operações, bem como níveis elevados de segurança técnica e melhorias no desempenho na área de saúde ocupacional.

No que concerne a responsabilidade social, a CMH continua a prestar a sua contribuição no âmbito do Consórcio (UJV), bem como a título individual. No âmbito do Consórcio, a CMH contribuiu com USD265 154 (Duzentos e sessenta e cinco mil, cento e cinquenta e quatro Dólares Americanos) (25%) e em projectos directos com USD775 212 (Setecentos e setenta e cinco mil, duzentos e doze Dólares Americanos). Um dos projectos que merece destaque é o projecto de expansão da rede de fornecimento de gás para fins domésticos na região de Vilanculos, com um montante total de USD546 091 (Quinhentos e quarenta e seis mil e noventa e um Dólares Americanos).

Devido ao ritmo lento na implementação de projectos sociais no âmbito do consórcio, os parceiros do consórcio solicitaram ao operador para aumentar a capacidade da sua implementação dos projectos sociais.

A CMH vêm funcionando desde 2011 no novo edifício na Avenida Julius Nyerere, 4003, em Maputo. Durante este período, devido à construção da estrada, o funcionamento do escritório foi perturbado por vários cortes de energia, mas agora a situação na área esta normalizada e começamos a beneficiar de um ambiente estável, por isso, apreciamos o esforço e lealdade do pessoal da CMH que trabalha incansavelmente e por vezes em

condições adversas e exigentes.

Durante este período, honramos regularmente os nossos compromissos financeiros referentes ao pagamento de empréstimos, impostos e outras despesas. Vamos continuar a envidar esforços para aumento do nível de pagamento de dividendos declarados para os nossos accionistas.

Em conclusão, queremos estender a nossa gratidão a todos aqueles que apoiaram a empresa durante momentos difíceis, estes incluem financiadores, parceiros e membros do Governo Moçambicano, que sempre nos incentivaram a consolidar esta empresa como um veículo de participação dos Moçambicanos no empreendimento de gás natural de Pande e Temane.

Maputo, 20 Agosto, 2013



John William Kachamila
Presidente do Conselho de Administração

III. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da CMH tem a honra de apresentar as Demonstrações Financeiras Auditadas e o Relatório do Conselho de Administração relativos ao exercício financeiro findo em 30 de Junho de 2013.

1. Natureza do Negócio e Actividades Principais

Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (CMH) é a parceira Moçambicana no Consórcio (UJV- Unincorporated Joint Venture) do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane (PGN). São parceiros do consórcio (UJV), a Sasol Petroleum Temane (SPT), Operadora nos campos de Pande e Temane, uma empresa Moçambicana subsidiária da Sasol Petroleum International (SPI), com participação de 70%. Os não-operadores são, a Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH), que é uma subsidiária da empresa pública, Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), com participação de 25% e o International Finance Corporation (IFC), membro do Grupo Banco Mundial, com participação de 5%.

O consórcio (UJV) está desenvolver os campos de gás natural de Pande e Temane, em Inhambane, Moçambique e construiu uma Central de Processamento (CPF). O gás natural e condensado são produzidos nos campos de Temane, desde Fevereiro de 2004, e Pande, desde Junho de 2009. Do CPF o gás é, então, transportado através dum gasoduto de 865 km de comprimento, de transmissão subterrânea transfronteiriço até na terminal da Sasol Gas em Secunda, na África do Sul e na porção moçambicana o gasoduto é compreendido por cinco pontos de abastecimento para o mercado doméstico. A produção de condensado no CPF é transportado para a costa para o armazenamento até as quantidades justificarem uma venda através petroleiro oceânico.

No projecto inicial, o CPF havia sido projectada para produzir 120 MGJ/a para vender a Sasol Gas, cliente âncora, através do Primeiro Contrato de Venda de Gás (GSA 1). Em Março de 2007, os parceiros acordaram expandir a produção de Pande e Temane e do CPF em Temane para aumentar a capacidade existente de produção de gás e de vendas em 50% e aumentar a capacidade das instalações de produção de 120 MGJ/a para 183 MGJ/a. Da nova capacidade adicional de 63 MGJ/a, 27 MGJ/a foi atribuída a Sasol Gas, através do Segundo Contrato de Vendas de Gás (GSA 2), 27 MGJ/a foi atribuída a projectos elegíveis no mercado moçambicano e 9 MGJ/a foi reservado para os royalties de gás em espécie a ser em pago ao Governo moçambicano.

2. Resultados e Actividades no âmbito do Consórcio

2.1 Resultados

Os resultados operacionais da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, S.A (CMH) no exercício financeiro findo em 30 de Junho de 2013, pela sua participação no Consórcio de Pande e Temane (25%) são de USD 63 230 768, como segue:

(USD)

Demonstração de Resultados - CMH 25%	AF13	AF12
	1 Julho a 30 Junho	1 Julho a 30 Junho
Receita bruta	74 806 568	69 637 054
Vendas: Gás Natural	66 166 301	61 173 361
Vendas: Condensado	8 640 267	8 463 693
Royalties (Gás Natural e Condensado)	(1 570 764)	(1 359 346)
Margem Bruta	73 235 804	68 277 708
Despesas Operacionais	(10 005 036)	(10 050 286)
Lucro Operacional	63 230 768	58 227 422

O lucro operacional aumentou em 9% em relação ao exercício anterior de 2012 (AF12), devido ao fornecimento de volumes adicionais de gás no âmbito dos contratos com a Aggreko e com a ENH.

2.2 Produção e Vendas de Gás Natural e Condensado

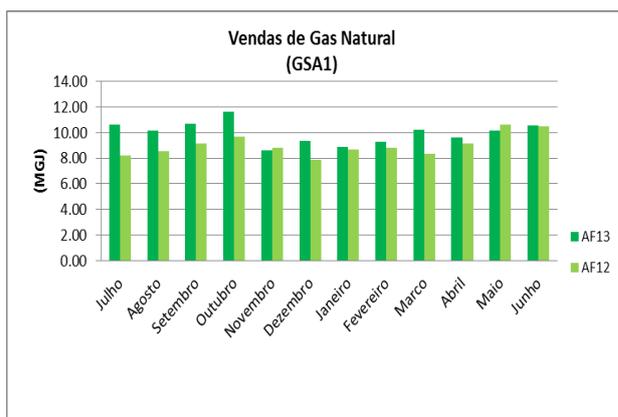
O Volume de Gás Natural e Condensado vendido no período de doze (12) meses, findo em 30 de Junho 2013 (1 de Julho 2012 a 30 de Junho 2013), é o seguinte:

Volume de vendas da UJV (100%)	AF13	AF12	Variação (%)
	01 Julho a 30 Junho	01 Julho a 30 Junho	
Gás Natural (MGJ) – GSA 1	119,88	108,36	10,63
Gás Natural (MGJ) – GSA 2	17,59	20,14	-12,66
Aggreko (MGJ)	9,23		-
Vendas de Gás da ENH (MGJ)	0,82		-
Comulativo do Volume de Venda de Gás-MGJ	147,52	128,50	14,80
	AF13	AF12	Variação (%)
	01 Julho a 30 Junho	01 Julho a 30 Junho	
Condensado (CESA) - barris		413.680,12	4,42
Gás levado em espécie (Royalty) - MGJ	3,25	3,82	-14,92
Preço médio de venda (USD)	AF13	AF12	Variação (%)
	01 Julho a 30 Junho	01 Julho a 30 Junho	
Gás Natural (USD/GJ) – GSA 1	1,59	1,60	-0,63
Gás Natural (USD/GJ) - GSA 2	3,04	3,08	-1,30
Aggreko (USD/MGJ)	2,90		
Vendas de Gás da ENH (USD/MGJ)	1,80		
Condensado (CESA) – USD/barris	80,44	81,59	-1,41

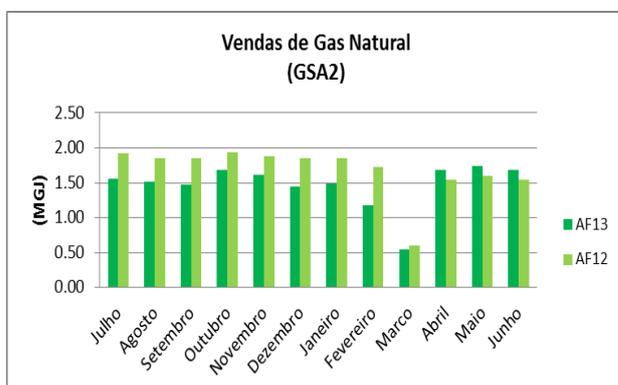
O volume total de vendas de gás para o ano financeiro 2013 (AF13) aumentou em média 14.8% em relação o período anterior de 2012, devido as seguintes razões:

- Aumento de produção do gás natural para se cumprirem os requisitos contratuais;
- Aggreko tem vindo a comprar gás desde Julho de 2012 e a ENH começou em Março 2013 o que contribuiu para um aumento de vendas de gás no período em apreço;
- A manutenção de rotina que se levou a cabo para minimizar avarias no equipamento de produção durante o período em referência;
- Menos paragens de produção verificadas durante o período. Contudo, houve avarias do equipamento e paragens de produção mas que não resultaram em perdas de produção na Central de processamento (CP).

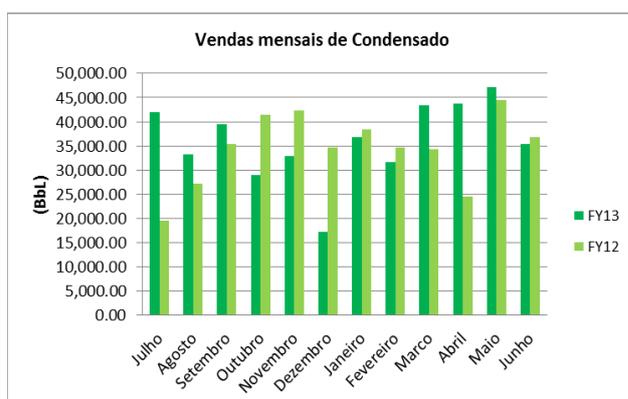
Os gráficos a seguir mostram a evolução de produção de gás e o preço durante os anos financeiros de 2012 e 2013 tanto para o gás, como para o condensado.



Pode-se ver que de Julho de 2012 a Junho 2013, houve vendas de volumes de gás maiores na ordem de 10.6% em termos do contrato GSA-1 em relação ao período anterior de 2012, devido maiores encomendas de gás por parte da Sasol Gas.

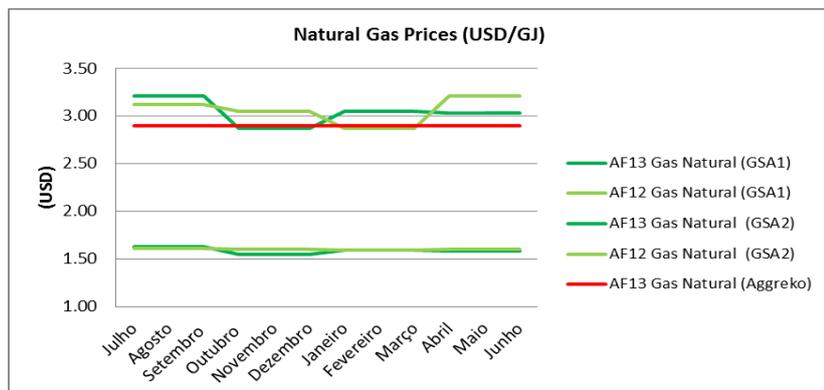


Volume de vendas nos termos do contrato GSA2 entre 2012 e 2013 foram 12.7% menores em relação o período anterior de 2012, devido a menores encomendas por parte da Sasol Gas. Contudo, 90.3% das quantidades contratuais anuais (QCA) foram alcançadas.



O volume de vendas de condensado para o ano financeiro de 2013 foi 4.4% maior relativamente ao período anterior de 2012, devido ao encerramento da produção do furo I-9Z, deste modo resultando numa produção maior de condensado na área do PPA nos furos de Temane.

2.2.1 Preço de Gás Natural e de Condensado



O preço médio de gás natural para ambos os contratos GSA1 e GSA2 no ano financeiro 2013 decresceu em 1% comparado com o período anterior de 2012, devido ao decréscimo do preço de petróleo no mercado internacional. Este decréscimo foi compensado pela entrada do novo contrato com Aggreko que tem um preço fixo de USD2.90/GJ, como ilustra o gráfico.



O preço de condensado no ano financeiro 2013 decresceu em 1.4% comparando com o período anterior de 2012, devido ao decréscimo do preço de petróleo no mercado internacional.

2.3 Imposto sobre a produção de petróleo (Royalty)

O imposto sobre a produção do petróleo, levado em espécie pela Matola Gas Company (MGC) e pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), de Julho de 2012 a Junho de 2013 foi 14.9% inferior ao levado no período anterior de 2012. Tal se deveu a diminuição do consumo do gás doméstico naquele período. O gás acumulado levado pela MGC no ano financeiro de 2013 foi de 3.25MGJ contra as encomendas anuais previstas de 2.25MGJ. Foi solicitado ao Instituto Nacional de Petróleo (INP) para providenciar uma revisão nas suas encomendas para o ano contractual que findou a 31 de Março de 2013.

2.4 Operações

2.4.1 Operações nos Campos de Gás

- Durante o mês de Julho 2012, montou-se um manómetro nos furos de Pande e em alguns de Temane, incluindo no furo de reinjeição de água (Temane-22) para inspeccionar a corrosão dos medidores de fluxo.
- O furo de re-injecção de água (T-25), continua a espera da conexão de linha de transporte e potes de filtro. A sua válvula electrónica foi trocada por uma válvula manual.
- As operações de limpeza das linhas de transporte de gás (Pigging) começaram em Temane 9 durante o mês de Janeiro 2013. A operação de limpeza indicou de que havia acumulação de resíduos pesados nas linhas de transporte.
- A operação de limpeza da linha de Temane-6 foi levada a cabo durante o mês de Fevereiro de 2013. Contudo, houve problemas quando se tentou fazer a limpeza com dispositivo mais sofisticado, devido as variações inesperadas na espessura das paredes do equipamento de limpeza (pigging). Sendo assim, foi planificado a segunda operação de limpeza para Agosto de 2013, durante o programa de limpeza do gasoduto de Pande.
- O furo horizontal de Inhassoro 9Z foi encerrado no dia 8 Março de 2013 e ambos furos Temane 9 & 14 foram postos de novo a produzir em Março de 2013.

2.4.2 Operações na Central de Processamento (CPF)

As operações no CPF estiveram estáveis durante o período reportado e as encomendas diárias foram alcançadas ao longo do período sem exceder os 2% de excesso de entrega. Contudo, ao longo do período reportado, ocorreram os seguintes eventos:

- No dia 6 Janeiro de 2013, a unidade de compressor 62 avariou devido a deficiência de temperatura de descarga de gás (T4) que não pode atingir valores altos de operação.
- A turbina do gerador movido a gás registou uma avaria em Março de 2013.
- A unidade 41, de desidratação de gás foi paralizada para inspecções internas e actualmente encontra-se em operação.

- Na unidade 53 (unidade de condensação do gás), o veio do compressor com dispositivo mecânico que estava a ter fugas de gás foi substituído. Após os testes foi entregue as operações de produção durante a primeira semana de Julho de 2012.
- Na unidade 71, o permutador de calor do estabilizador do condensado avariou por diversas vezes devido a água que foi arrastada para junto do fluxo do condensado e o nível de fluxo do separador (re-run drum) elevou-se para compensar os líquidos a partir do I9-Z.
- Foi concluída a revisão da política e procedimentos de segurança de abertura e fecho da válvula da instalação. A mudança significativa da política consistiu na inclusão duma zona de código de cores da instalação que actualmente é mais fácil de identificar numa situação de emergência.

Contudo, durante o período, foi levada a cabo a manutenção para minimizar avarias e perdas de produção como vem mencionado abaixo:

- Em Outubro, foram concluídos os programas anuais de manutenção nos furos de Pande (P-22) e Temane (T-15).
- O funcionamento do novo incinerador tinha sido interrompido para a reparação da linha de transporte que deixava escapar gás transportado para queima. A unidade foi reposta e actualmente encontra-se a funcionar sem deficiências.
- Resíduos líquidos e materiais orgânicos degradados foram queimados no novo incinerador de modo a mantê-los a níveis mais baixos possíveis.
- Foi feita uma inspecção na turbina movida a gás da unidade 61.
- A unidade 51 foi interrompida para dar lugar a reparação do evaporador que indicava falsas indicações do nível de propano, e depois foi restabelecida.
- A unidade 52 foi interrompida para se efectuar a substituição da válvula de deslizamento na zona do filtro.
- Foi interrompido o funcionamento da unidade 53 para reparação da fuga do propano na válvula (53-LV-004).

2.4.3 Projecto de expansão

O projecto de expansão foi concluído e os respectivos relatórios financeiros já foram

consolidados. Foram também concluídas as discussões e acordos com a Man Turbo (o fornecedor de compressores de alta pressão) relativamente a fiabilidade e mau desempenho dos compressores de alta pressão. Havendo no entanto algumas questões por resolver junto ao fornecedor do equipamento dos compressores.

2.4.3.1 Questões pendentes com o fornecedor dos compressores Man Diesel Turbine (MDT)

Fiabilidade e melhoramento do funcionamento dos compressores de alta pressão

Houve um acordo entre a operadora e a Man Diesel Turbine (MDT) no qual se concordou em providenciar um novo modelo modificado de turbinas movidas a gás a custos próprios da MDT e que seria testada na Central de Processamento. A entrega dessa turbina movida a gás ocorreu nos finais de Julho de 2013. O período de teste acordado foi de 11 meses (8000 horas) e isto fará com que os testes terminem nos finais de Junho de 2014. Se o teste de uma turbina for bem sucedido, as restantes turbinas serão substituídas com as do novo modelo com os custos a serem suportados pela MDT.

Em paralelo, a SPI (Sasol Petroleum International) tem estado a avaliar a possibilidade de substituir todos os compressores de alta pressão devido ao fraco desempenho. O estudo de viabilidade relativamente a opção de substituição dos compressores foi concluído em Março de 2013, pela empresa Fluor. Estimativas de custos preliminares rondam entre USD20 –76 milhões (excluindo custos próprios), dependendo da opção a ser seleccionada (substituir 1 compressor, todos os 4 compressores ou adicionar a 5ª unidade de compressão, isto é, 5ª unidade + substituição parcial). A fase da selecção e aprovação para definir as fases seguintes será concluída nos finais de Agosto de 2013.

2.4.3.1 Projecto de Introdução de unidades de Compressão de baixa pressão (LP)

A empresa Fluor concluiu os estudos de engenharia (FEED-Front End Engineering Design). O resultado do estudo foi revisto pela equipa integrada de gestão do projecto e a decisão final de investimento foi alcançada em Março de 2013.

Relativamente ao EPCM (Engineering procurement construction and management), foram enviados pedidos de cotação a 7 empresas concorrentes para apresentarem as

suas propostas. Destas, 4 empresas não manifestaram o seu interesse e 3 submeteram as suas propostas, nomeadamente, Foster Wheeler, Fluor e Petrofac. Depois da avaliação técnica e comercial, a Foster wheeler foi indicada como vencedora nos finais de Maio. O encontro com o vencedor Foster Wheeler teve lugar em Junho de 2013.

2.4.4 Projecto de gás doméstico (GPL - Gás de Petróleo liquefeito)

A instalação de um projecto de GPL é uma condição precedente assumida pelo operador como parte do acordo com o Governo de Moçambique para implementação do projecto de expansão do gás natural de 120MGJ/ano para 183MGJ/ano. Foi solicitado explicitamente a operadora para realizar um estudo de remoção parcial das componentes de GPL no fluxo de gás para complementar o GPL a partir do condensado.

Os elementos mais importantes para este projecto são, os aspectos económicos, restrições de tempo e o desenvolvimento de um mercado nacional de GPL.

Foi concluído o estudo de viabilidade do mercado o qual indicou três opções principais a serem desenvolvidas, nomeadamente:

- **Opção 1-** Produção de GPL a partir do condensado do PPA;
- **Opção 2-** Construção de uma planta otimizada para produzir GPL a partir do condensado das duas áreas, PPA e PSA (Inhassoro);
- **Opção 3-** Construção de uma planta de GPL baseada na produção fixa de condensado do PPA e de PSA (Inhassoro).

A simulação de custos para estes três cenários será feita para se avaliar qual das três opções poderá ser mais sustentável para dar continuidade ao projecto. Será também necessário finalizar o modelo do negócio e isto incluirá a identificação de potenciais parceiros e possíveis arranjos comerciais com a área do PSA para o uso dos componentes de GPL a partir do condensado de Inhassoro.

Nas recentes reuniões técnicas havidas, foi mencionado de que a operadora não planificou a produção de GPL a partir do gás processado e transportado para secunda, pois ao remover-se os componentes de propano e butano, este teria implicações comerciais com o conteúdo energético. Sendo assim, houve a necessidade de se perfurar

um furo horizontal I-9Z da área do PSA para avaliar a viabilidade comercial, pois isto teria impacto nas quantidades totais de GPL.

Os resultados até agora indicam que poderá ser possível comercializar o produto do reservatório G6 de Inhassoro e isto terá também um impacto significativo nas quantidades de GPL que poderá ser produzido. A produção combinada de GPL poderá atingir uma capacidade instalada de cerca de 10.000 a 12.000tpa (toneladas por ano) de GPL. Actualmente a SPI está a trabalhar neste âmbito para avaliar a possibilidade de construção da tal planta de tratamento para processar ambos condensados, tanto do PPA como de PSA (Inhassoro).

2.4.5 Assuntos legais e comerciais

Durante o ano em análise, os parceiros do Consórcio (SPT, CMH e IFC) continuaram com as negociações para a venda dos 27 MGJ de gás natural por ano, destinados ao mercado moçambicano.

Foram concluídas as negociações com a Matola Gas Company, SA (MGC), Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH) e a Central Térmica de Ressano Garcia, SA (CTRG) para a venda de 8, 6 e 11 mgj de gás natural por ano, respectivamente. Está em curso o processo de assinatura das versões portuguesa e inglesa dos contratos.

Durante o período não foi reportado nenhum litígio.

2.4.6 Assuntos de Segurança, de Saúde e Ambientais

Durante o período, não se registou nenhum incidente ambiental.

Não houve nenhum incidente relacionado com o transporte rodoviário durante os últimos 12 meses a partir da central de processamento.

A SPT (Sasol Petroleum Temane) melhorou a principal intersecção da Estrada EN1 em direcção a central de processamento com outras vias que dão acesso e saída segura da entrada da central de processamento.

O número de carregamentos de condensado aumentou significativamente mas a taxa de

incidentes diminuiu para zero durante o período reportado. O dramático melhoramento terá sido contribuído, entre outros, por melhores condições da estrada do norte do rio Save e a curta distância entre a CP e a cidade da Beira quando comparada com a entrega inicial que era feita em Maputo.

A investigação levada a cabo em Agosto de 2012 sobre o elevado teor de mercúrio foi concluída. O provedor de serviços, a companhia de consultoria SLR, concluiu que os resultados de elevado teor reportado anteriormente foi devido o uso de diferentes metodologias na preparação das amostras e diferentes valores de orientação usados para interpretar os resultados. SLR mais adiante concluiu ainda de que a concentração real de mercúrio em todos locais é considerada baixa quando comparada ao valor de referência de 0.1mg/kg, (valor de referência de 2007).

Uma auditoria ambiental independente teve lugar nos finais de Março. A auditoria foi de avaliação do teor de mercúrio no gás que vinha sendo reportado nos relatórios anteriores, e foram registados desvios menores que recentemente estão sendo abordados pela equipa da CP. O relatório de auditoria e planos de acção serão submetidos ao Ministério para Coordenação da Acção Ambiental (MICOA).

2.4.7 Responsabilidade Social Empresarial (RSE)

Os projectos de responsabilidade social são parte integrante da política dos parceiros do consórcio. Os parceiros, a CMH, o IFC e a SPT, reconhecem a importância do desenvolvimento comunitário sustentável em Pande e Temane, regiões onde tem lugar as suas operações de negócio em Moçambique.

O orçamento total para os projectos sociais da UJV foi de USD 2 179 000. O tema principal era a água (com 54% do orçamento), no entanto as outras áreas de foco foram: educação (com 38%), saúde (com 1%) e as atividades geradoras de renda (com 7%).

A UJV despendeu USD 1 060 616 (51%) abaixo do orçamento devido ao atraso na implementação dos projectos causado pela época chuvosa e atrasos na adjudicação dos contratos o que implicará que alguns dos projectos transitarão para 2014.

Os parceiros têm expressado a sua insatisfação no fraco desempenho na implementação dos projectos e o operador foi aconselhado a reforçar a implementação.

3. Actividades da CMH

3.1 Financiamento do Projecto de Expansão

A empresa Ernest & Young (EY) foi contratada pela CMH para efectuar uma auditoria financeira as despesas de capital do Projecto de Expansão 183MGJ. O Relatório de Auditoria e Demonstrações Financeiras do Projecto de Expansão 183 MGJ/ano foi enviado aos Financiadores (AFD e DBSA) no dia 7 de Dezembro de 2012.

3.2 Aspectos Legais

Está em curso a revisão do regime fiscal e benefícios fiscais para a indústria extractiva (petróleo e minas, Leis números 12 e 13/2007, todas de 27 de Julho), sob a direcção do Ministério das Finanças e Autoridade Tributária, financiada pelo Fundo Monetário Internacional.

Pelo Decreto nº 31/2012, de 18 de Agosto, o Governo aprovou o Regulamento de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas. Este Regulamento estabelece as regras e princípios básicos do processo de reassentamento relativas a actividades económicas de iniciativa pública e privada.

Em Agosto de 2012, foi aprovada a Lei da Proibição Pública (Lei nº 16/2012, de 14 de Agosto,) que estabelece as bases e o regime jurídico relativo à moralidade pública e ao respeito pelo património público, por parte do servidor público, incluindo no seu âmbito, normas anti-corrupção. Esta Lei entrou em vigor no dia 13 de Novembro de 2012.

No dia 12 de Setembro de 2012, foi aprovado pelo Ministro da Energia, o Despacho Ministerial nº 210/2012, que estabelece as regras para a determinação dos preços máximos de venda de gás natural a consumidores finais numa Rede de Distribuição e para o fornecimento de Gás Natural para veículos (GNV), bem como o preço máximo aplicável aos consumidores finais dentro de uma concessão para a distribuição e comercialização de gás natural, na área geográfica definida no Contrato de Concessão.

No dia 8 de Janeiro de 2013, a Associação Moçambicana de Operadores Petrolíferos

(AMOP) enviou à Sasol Petroleum Temane (SPT), o pacote completo da legislação que está sendo revista (Lei dos Petróleos e o Regulamento de Contratos de Concessão de Infra-estruturas), para comentários. Terminada a revisão ao draft da lei dos petróleos, a mesma foi submetida à apreciação do Conselho de Ministros que por sua vez a submeteu à Assembleia da República. Foi discutido a nível do Governo o Plano Director de Gás, com vista a responder aos desafios do desenvolvimento e de marketing das enormes reservas de gás natural descobertas no País.

A CMH iniciou o processo de revisão do Regulamento Interno, do Quadro de Pessoal e do qualificador das Ocupações, Carreiras Profissionais e Funções da CMH, com vista a acompanhar o desenvolvimento da empresa. Este processo será finalizado durante o ano Financeiro 2014.

Durante o período não foi reportado nenhum litígio.

3.3 CMH no Mercado da Bolsa de Valores

Durante o ano em apreciação, o valor das acções variou de 275 Meticais para 316 Meticais e atingiu o máximo de 316,20 Mt por acção em Abril de 2013. Embora tenha havido uma pequena variação positiva do valor das acções, o actual cenário mostra que há distorções na venda de acções na BVM, uma vez que tal variação não reflecte o aumento do valor da empresa e permite vendas de acções abaixo do preço esperado pela CMH.

3.4 Recursos Humanos

CMH continua a capacitar seus colaboradores através de formação profissional permanente. Durante o período entre, Julho de 2012 e Junho de 2013, CMH envolveu seus colaboradores juniores e seniores em actividades de formação técnica, administrativa e financeira, tais como Seminário sobre o " Negócios do LNG ", Seminário sobre "Avaliação Económica Mineral", Seminário sobre: "IFRS para Industria de Petróleo e Gás", Curso de leis, contratos e negociações internacionais de gás (Midstream), curso de "caracterização de reservas e modelagem" e "Gestão de Recursos Humanos na Indústria de Petróleo; 3ª Conferencia de África e LNG 2012 "Gas Summit Moçambique", Conferência sobre o Plano Director de Gás Natural em Moçambique"; e operações de

perfuração em Pande, Temane e em Inhassoro; curso de línguas Inglesa, e outras conferências e seminários.

Durante o mesmo período, foram recrutados: um assistente administrativo, um motorista e uma contabilista inscrita no Ministério das Finanças, tendo estes sido admitidos em Agosto, Dezembro e Abril, respectivamente.

3.5 Responsabilidade Social Empresarial

Durante o ano financeiro 2013, a CMH patrocinou actividades culturais, incluindo o convívio "Natal dos doentes" no Hospital Psiquiátrico do Infulene, lançamento do livro de História Nacional e patrocinou o 1º Congresso Nacional de Geologia. CMH através da Associação Nós por Exemplo ofereceu computadores, impressoras e outro equipamento informático usado a várias escolas em Maputo. A CMH ofereceu vários bens as vítimas das cheias, no valor de USD40 000. No dia 19 de Abril, uma delegação de 25 accionistas visitaram as instalações do CPF para uma visita de familiarização com as operações em curso em Temane.

A CMH patrocinou o projecto de expansão de distribuição de gás natural no norte da Província de Inhambane. Foi dispendido um montante de USD546 091 neste projecto que beneficiará 400 famílias residentes em Vilanculos e Inhassoro na Província de Inhambane.

Na componente de investimento, a CMH financiou a construção de duas salas de aulas, um bloco administrativo e sanitários na Escola Primaria da Ilha Josina Machel, localizado no Distrito de Manhiça na Província de Maputo. Este projecto foi entregue no dia 14 de Janeiro de 2013 data da abertura do ano lectivo 2013, onde foram distribuídos kits escolares aos estudantes. Está em curso o projecto de electrificação das salas de aulas e instalação de um pequeno sistema de abastecimento de água.

Durante este ano financeiro a CMH despendeu um montante total de USD 775 212 em projectos sociais.

3.6 Empresa holding e participadas

A CMH é controlada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), empresa pública, que detém 70% das acções da CMH (classe B); pelo Estado moçambicano,

representado pelo Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE), que detém 20% das acções (classe A); os restantes 10% das acções (classe C) são detidos por pessoas singulares e colectivas nacionais.

3.7 Assembleias Geral

No dia 27 de Novembro de 2012, realizou-se a Assembleia Geral Ordinária da CMH, em que foi aprovado o Relatório e Contas do exercício económico findo a 30 de Junho de 2012 e a distribuição de dividendos. O Relatório foi distribuído pelos accionistas e colocado na página Web da CMH.

No dia 11 de Março de 2013, realizou-se a Assembleia Geral Extraordinária em que foi aprovado o Contrato de Venda de Gás à ENH. Na mesma sessão foi homologado o Contrato de Venda de Gás à Aggreko para a venda de 9,3 MGJ de gás natural por ano; foi igualmente homologada a Segunda Emenda ao Primeiro Contrato de Venda de Gás à Sasol Gas, tendo em conta que o gás natural a ser vendido à Aggreko é retirado da quantidade acordada com a Sasol Gas no âmbito do GSA1 a melhor preço.

3.8 Demonstrações financeiras preparadas em conformidade com as NIRF

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) e as interpretações de IFRIC, emitidas e em vigor em 30 de Junho de 2013.

3.9 Gestão da dívida

3.9.1 Serviço da dívida

Durante este exercício findo em 30 de Junho de 2013, a CMH cumpriu as obrigações relacionadas com o serviço da dívida dos primeiros e segundos contratos de empréstimos. Um montante total de USD15 372 450 foi pago como serviço da dívida durante este ano, sendo USD9 892 574 relativos a amortização do capital e USD5 479 876 relativos a juros, conforme demonstrado na tabela abaixo.

	30-Setembro-2012		15-Dezembro-2012		31-Março-2013		15-Junho-2013		Total AF 13	
	Juros	Capital	Juros	Capital	Juros	Capital	Juros	Capital	Juros	Capital
DBSA Tranche A	455 000	1 388 889	-	-	407 250	1 388 889	-	-	862 250	2 777 778
DBSA Tranche B	-	-	883 735	-	-	-	843 128	2 201 670	1 726 863	2 201 670
AFD Empréstimo A	516 782	1 336 778	-	-	456 851	1 336 778	-	-	973 633	2 673 556
AFD Empréstimo B	-	-	932 119	-	-	-	985 011	2 239 570	1 917 130	2 239 570
TOTAL	971 782	2 725 667	1 815 854	-	864 101	2 725 667	1 828 139	4 441 240	5 479 876	9 892 574

3.9.2 Rácios Financeiros

O acordo assinado com a AFD e DBSA em 20 de Maio 2010 permite a CMH distribuir dividendos não excedendo 50% do lucro líquido, após o período de disponibilidade. A distribuição dos mesmos estão sujeitos a determinados rácios financeiro calculados semestralmente, a saber:

Rácios	30 de Junho de 2012	31 de Dezembro de 2012	30 de Junho de 2013	Nível de Dividendos (APP) ^a	Nível de Incumprimento (APP)
Rácio de Projecção Anual de Cobertura do Serviço da Dívida	2.90	2.10	1.65	1.5	1.35
Rácio Histórico Anual de Cobertura do Serviço da Dívida	2.73	2.96	4.05	1.5	1.35
Rácio de Cobertura do Empréstimo	4.47	4.48	5.44	2.0	1.6
Rácio Dívida / Capital	39:61	35:65	33:67	N/A ^b	70:30

a. AAP – Apos o período de disponibilidade

b. Não Aplicável

3.10 Investimento de curto prazo (Investimentos Permitidos)

3.10.1 Contas no estrangeiro (Off-Shore)

Nos termos da cláusula 3.6 (g) (Conta de Reserva do Serviço da Dívida (DSRA)) e 3.7 (c) Conta de Reserva de despesas de Investimento (CRA) do Acordo de Contas, a CMH (Mutuário) pode investir até 70% do saldo das suas contas bancárias, referidas como Investimentos Permitidos, com o prévio consentimento, por escrito, dos Financiadores da CMH. De acordo com a Cláusula 1.1 Investimentos Permitidos significa (c) "qualquer instrumento de investimento cujos termos tenham sido previamente aprovado pelos Financiadores da CMH".

Para este efeito, em resposta a solicitação da CMH os Financiadores (AFD e DBSA) autorizaram a CMH a investir o montante total de USD 81 973 685 (USD 16 241 855

equivalente a 70% do saldo da conta de Reserva do Serviço da Dívida, USD 12 896 018 equivalente a 70% do saldo da conta de Reserva de despesas de Investimento e USD 52 835 811 equivalente a 70% do saldo da conta de Receitas) durante o período de 28 de Junho a 29 de Setembro 2013, a uma taxa de juro fixa de 0,45%, desde que o valor correspondente seja investido numa subconta com garantia a favor dos Financiadores, AFD e DBSA.

3.10.2 Contas no país (*On-Shore*)

De modo a obter juros razoáveis nas contas correntes (on-shore) a CMH convidou vários bancos Moçambicanos a apresentarem propostas de termos e condições para remuneração das contas. A melhor proposta foi oferecida pelo Barclays Bank Moçambique, por um período de 12 meses com início a 1 de Abril 2013, nas seguintes taxas: 6% para conta em Meticais e 2,3% para conta em USD, sem obedecer qualquer condição de saldo mínimo.

3.11 Alteração de políticas contabilísticas

Não houve alterações das políticas contabilísticas no ano financeiro de 2013.

3.12 Dividendos pagos ou declarados

Tendo em conta os Estatutos da CMH, a Política de Dividendos aprovada, os compromissos existentes com os Financiadores e o fim do período de disponibilidade dos empréstimos da expansão, a CMH distribuiu dividendos aos seus accionistas referentes aos exercícios financeiros 2008, 2009, 2010 e parte de 2011 em Novembro 2012, Dezembro 2012 e em Abril 2013, num montante total de USD 10 470 000. As distribuições foram de acordo com o desempenho dos rácios financeiros da CMH.

Os dividendos totais distribuídos até a data atingem um total de USD 17 688 823, o que representa 37% dos dividendos declarados, como mostra a tabela abaixo:

Ano Financeiro	Data da Assembleia Geral	% Dividendos sobre os lucros	Total de dividendos declarados	Dividendos distribuídos	Dividendos pagos no AF13	Dividendos distribuídos (%)	Data de distribuição	Saldo declarado sujeita à aprovação dos financiadores para a distribuição
AF06*	12/14/2007	49%	6,427,076	2,217,820		35%	Jan-09	4,209,256
AF07*	6/19/2008	50%	2,911,101	-				2,911,101
AF08**	12/11/2008	25%	5,253,297	5,253,297	255,294	100%	Aug-10, Mar-11, Set-11, Abr-12 and Nov-12	-
AF09**	11/26/2009	25%	4,427,978	4,427,978	4,427,978	100%	Nov-12 and Dec-12	-
AF10**	11/11/2010	45%	4,171,003	4,171,003	4,171,003	100%	Dec-12	-
AF11**	29/11/2011	45%	10,420,453	1,618,725	1,618,725	16%	Apr-13	8,801,728
AF12**	27/11/2012	50%	14,340,592	-	-	-		14,340,592
Total			47,951,499	17,688,823	10,470,000	37%		30,262,676

* Dividendos a distribuir entre os accionistas ENH (80%) e o Estado de Moçambique (20%)

** Dividendos a distribuir entre os accionistas ENH (70%), o Estado de Moçambique (20%) e o Sector Privado (10%)

Esperamos que a percentagem de pagamento dos dividendos declarados continuem a subir e acompanhar o aumento da capacidade financeira da empresa.

4. Eventos subsequentes

Em 20 de Agosto de 2013, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos aos accionistas no montante de USD 3 290 000. Tal foi calculado com base nos termos e condições de pagamento de dividendos definido no Acordo Intercredores celebrado entre a CMH, Accionistas, Mutuantes e o Agente de Garantia e, correspondem a 32% dos dividendos declarados em Junho de 2011.

IV. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação justa das demonstrações financeiras, compreendendo a folha de balanço em 30 de Junho de 2013 e a demonstração de resultados, a demonstração de variações do património líquido e o mapa de fluxo de caixa para o ano então findo, e pelas notas sobre as demonstrações financeiras, que incluem um sumário das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas, em conformidade com os Normas Internacionais de Relato Financeiro.

A responsabilidade do Conselho de Administração inclui: desenhar, implementar e manter o sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras que estejam livres de exposições materiais inexactas, quer devidas a fraude quer a erro; seleccionar e aplicar as políticas de contabilidade apropriadas; e fazer previsões contabilísticas que sejam razoáveis nas circunstâncias.

A responsabilidade inclui também a manutenção de registos contabilísticos adequados, de um sistema efectivo de gestão de risco, o cumprimento de todas as leis e regulamentos relevantes da República de Moçambique, bem como a preparação de anexos suplementares incluídos nestas demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração fez uma avaliação da capacidade da empresa continuar a operar e não tem motivos para acreditar que o negócio não continuará em actividade no próximo ano.

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da empresa, como acima indicado, foram aprovadas pelo Conselho de Administração a 20 de Agosto de 2013 e estão assinadas em seu nome por:

Maputo, 20 Agosto, 2013



John William Kachamila
Presidente do Conselho de Administração

V. RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

VI. BALANÇO

(Em USD)	Notes	30 de Junho 2013	30 de Junho 2012
ACTIVO			
Activos não – correntes			
Activos fixos tangíveis		201 039 572	174 437 734
Activos fixos intangíveis	4	10 385 099	11 034 168
Total de activos não – correntes	5	<u>211 424 671</u>	<u>185 471 902</u>
Activos correntes			
Inventários	6	1 437 865	1 414 725
Dívidas a receber entre empresas do grupo	7	431 086	601 705
Outros activos correntes	8	11 777 912	6 106 110
Impostos a recuperar	18	-	781 851
Caixa e equivalentes de caixa	9	115 955 680	95 981 648
Total de activos correntes		<u>129 602 543</u>	<u>104 895 039</u>
Total do activo		<u>341 027 214</u>	<u>290 366 941</u>
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital social	10	25 286 649	25 286 649
Capital suplementar	11	4 000 000	4 000 000
Reservas legais		5 057 330	4 499 197
Reservas de investimento		14 296 822	14 296 822
Resultados acumulados		113 731 900	95 357 393
Total de capitais próprios		<u>162 372 701</u>	<u>143 440 061</u>
PASSIVO			
Passivos não – correntes			
Empréstimos obtidos	12	65 768 771	84 371 286
Provisões	13	47 555 564	15 430 901
Outros devedores e credores	14	85 382	51 232
Impostos diferidos	18	45 648 403	36 922 195
Total de passivos não – correntes		<u>159 058 120</u>	<u>136 775 614</u>
Passivos correntes			
Empréstimos obtidos	12	14 161 276	5 451 333
Outros credores	14	4 184 409	4 690 732
Provisão para impostos	18	1 232 308	-
Dívidas a pagar entre empresas do grupo	7	18 400	9 200
Total de passivos correntes		<u>19 596 393</u>	<u>10 151 365</u>
Total do passivo		<u>178 654 513</u>	<u>146 926 880</u>
Total de capitais próprios e passivo		<u>341 027 214</u>	<u>290 366 941</u>

VII.DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(em USD)	Notes	30 de Junho de 2013	30 de Junho de 2012
Receitas	15	74 806 567	69 725 993
Royalties	15	(1 570 764)	(1 359 546)
Receitas líquidas		73 235 803	68 366 447
Custos operacionais	16	(23 805 026)	(20 854 565)
		49 430 777	47 511 882
Despesas financeiras líquidas	17	(5 760 227)	(5 621 892)
Receitas financeiras		70 197	82 853
Despesas financeiras		(5 840 520)	(5 260 092)
Ganhos / (perdas) cambiais		10 096	(444 653)
Lucro antes do imposto		43 670 550	41 889 990
Imposto sobre o Rendimento	18	(14 267 910)	(13 208 807)
Lucro do exercício		29 402 640	28 681 183
Outros rendimentos líquidos do exercício		-	-
Total dos rendimentos líquidos do exercício		29 402 640	28 681 183
Ganhos por acção			
Ganhos básicos por acção	19	4.95	4.83
Ganhos diluídos por acção	19	4.95	4.83

VIII.VARIAÇÃO DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

(em USD)	Capital Social	Capital Suplementar	Reservas Legais	Reservas de Investimento	Lucro / (Perda) Acumulados	Total de Capital
Saldo em 1 der Julho de 2011	25 286 649	4 000 000	3 341 369	14 296 822	70 334 038	117 258 878
Lucro do exercício	-	-	-	-	28 681 183	28 681 183
Transferência para a reserva legal (a)	-	-	1 157 828	-	(1 157 828)	-
Distribuição de dividendos (b)	-	-	-	-	(2 500 000)	(2 500 000)
Saldo em 1 de Julho de 2012	25 286 649	4 000 000	4 499 197	14 296 822	95 357 393	143 440 061
Lucro do exercício	-	-	-	-	29 402 640	29 402 640
Transferência para a reserva legal (c)	-	-	558 133	-	(558 133)	-
Pagamento de Dividendos (d)	-	-	-	-	(10 470 000)	(10 470 000)
Saldo em 30 de Junho de 2013	25 286 649	4 000 000	5 057 330	14 296 822	113 731 900	162 372 701

Notas:

a) Transferência para a reserva legal, em conformidade com a Assembleia Geral, em 11 de Novembro de 2011. Calculado com base em 5% de USD 23 156 562 (lucro líquido em conformidade com as demonstrações financeiras do exercício financeiro de 2011), conforme o Artigo 444 do Código Comercial Moçambicano.

b) Os contratos assinados com a AFD e com o DBSA, em 20 de Maio de 2010, permitem a distribuição de dividendos até USD 2.5 milhões por ano, durante o Período de Disponibilidade dos Empréstimos da Expansão.

c) Transferência para reserva legal, em conformidade com a Assembleia Geral, de 27 de Novembro de 2012. Calculado com base em 5% de USD 28 681 183 (lucro líquido em conformidade com as demonstrações financeiras do exercício financeiro de 2011). Não obstante a deliberação da Assembleia Geral, o valor não pode ultrapassar 20% do capital social, conforma previsto no artigo 444 do Código Comercial Moçambicano.

d) Os contratos assinados com a AFD e com o DBSA, em 20 de Maio de 2010, permitem a distribuição de dividendos até o montante correspondente a 50% do lucro líquido por ano após o Período de Disponibilidade dos Empréstimos da Expansão. Os Financiadores aceitaram o pedido solicitado pela CMH para o levantamento do período de disponibilidade.

IX. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(em USD)	Notes	30 de Junho de 2013	30 de Junho de 2012
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Lucro antes de impostos		43 670 550	41 889 990
Ajustamento para:			
Depreciação e amortização	16	9 776 343	7 069 376
Perdas cambiais não realizados		168 956	-
Receitas de juros	17	(70 197)	(82 853)
Despesas de juros	17	5 840 520	5 260 092
		59 386 172	54 136 605
Varição do capital corrente			
Decréscimo/(increase) de dívidas entre empresas do grupo		188 819	73 841
Acréscimo/(increase) em outros devedores		(5 671 803)	687 608
Acréscimo em inventários		(23 140)	(91 929)
Decréscimo em outros credores		(472 173)	(3 012 209)
Caixa utilizado nas operações		53 407 875	51 793 916
Juros recebidos		68 149	82 853
Juros pagos/comissões bancárias		(5 493 895)	(4 838 753)
Imposto pago	18	(3 578 188)	(10 256 319)
Caixa líquido utilizado em actividades operacionais		44 403 941	36 781 697
Fluxos de caixa de actividades de investimento			
Aquisição de activos fixos tangíveis	4	(4 106 080)	(7 615 415)
Abate de activos fixos tangíveis		38 745	-
Caixa líquido utilizado em actividades de investimento		(4 067 335)	(7 615 415)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento			
Reembolso de empréstimos	12	(9 892 574)	(5 451 334)
Dividendos pagos	20	(10 470 000)	(2 500 000)
Caixa líquido de actividades de financiamento		(20 362 574)	(7 951 334)
(Decréscimo) /Acréscimo líquido de caixa		19 974 032	21 214 947
Caixa no início do ano		95 981 648	74 766 701
Caixa no final do ano	9	115 955 680	95 981 648

X. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Entidade a Reportar

A Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (“CMH” ou “Empresa”) é uma empresa de responsabilidade limitada, registada a 26 de Outubro de 2000, controlada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), que detém 70% das acções da empresa. A actividade operacional está relacionada com o desenvolvimento de operações petrolíferas como sua actividade principal.

A empresa foi indicada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, E.P (ENH) e pelo Governo de Moçambique, para juntamente com a Sasol Petroleum Temane, Lda. (SPT), conduzir as operações petrolíferas nas áreas dos campos de produção de Pande e Temane, por um período de 30 anos, ao abrigo do Acordo de Produção de Petróleo (PPA) assinado em Outubro de 2000. A CMH também faz parte do Acordo de Operações Conjuntas (JOA) assinado com a SPT em Dezembro de 2002, cobrindo os reservatórios dos campos de Pande e Temane.

A quota de participação atribuída à Empresa em relação aos direitos e obrigações derivados do Acordo de Produção de Petróleo e do Acordo de Operações Conjuntas é de 30%, sendo os remanescentes 70% detidos pela SPT. Como tal, a CMH teve o direito de adquirir um interesse participativo de 30% no projecto dos campos de gás de Pande e Temane, bem como na Central de Processamento (CPF). O projeto está actualmente em operação, com a SPT como operadora.

Um Acordo de *Farm-Out* foi assinado em 2003, pela Empresa, que visa ceder à IFC uma quota de 5% no Acordo de Operações Conjuntas, que reduziu os 30% detidos pela Empresa no Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. Tomando em consideração que todas as condições dos contratos assinados anteriormente com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), com o Banco Europeu de Investimento (BEI), e com o Development Bank of Southern Africa (DBSA), foram cumpridas, foram criadas condições para a CMH executar o seu direito de participação no Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. Em Abril de 2006, foram assinados os documentos seguintes:

- i) O acordo de cessão do interesse participativo de 5% nos direitos e obrigações, nos termos do Acordo de Produção de Petróleo, entre o Governo da República de Moçambique, a ENH, a SPT, a CMH e a IFC;
- ii) O acordo de Novação entre a SPT, a CMH e a IFC, nos termos do qual a IFC assume o interesse participativo, incluindo todos os direitos e obrigações relativos ao seu interesse participativo e é obrigada, nos termos dos acordos do projecto, a exonerar a CMH de

- quaisquer responsabilidades emergentes dos interesses cedidos;
- iii) O acordo de cessão e o compromisso de 5% do interesse participativo, nos termos do contrato de vendas de gás, assinado entre a Sasol Gas, a SPT, a CMH e a IFC, bem como o acordo feito para a Garantia de Desempenho (anexado ao acordo de vendas de gás assinado entre a Sasol Gas e a ENH);
 - iv) O acordo de cessão do interesse participativo de 5%, nos termos do Acordo de Operações Conjuntas, entre a CMH e a IFC.

Estes acordos tornaram-se efectivos a partir de Abril de 2006, na data do fecho financeiro, quando a empresa fez a sua contribuição, adquirindo o interesse participativo de 25% na componente upstream do Projecto de Pande e Temane, em parceria com a SPT (70%) e a IFC (5%). Consequentemente, a partir de 1 de Abril de 2006, a CMH reconheceu a sua quota de bens e obrigações controlados conjuntamente e a sua quota de receitas e despesas pelas quais é conjuntamente responsável.

Em Abril de 2009, o Governo de Moçambique aprovou a emenda ao Plano de Desenvolvimento, dando, assim, efeito ao projecto de expansão do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. A expansão aumentará a capacidade de produção do CPF, da capacidade existente de 120 MGJ/ ano para 183MGJ/ano.

Em Junho de 2012, o foi assinado o Acordo com a Aggreko e a data de início a 01 de Julho 2012. O gás vendido à Aggreko deriva das quantidades acordadas com a Sasol Gas sob GSA1 (addendum do GSA1 reduzindo as Quantidades Totais Contratadas (TCQ) em 18,6 MGJ).

Foram concluídas as negociações com a Matola Gas Company, SA (MGC), Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH) e a Central Térmica de Ressano Garcia, SA (CTRG) para a venda de 8, 6 e 11 mgj de gás natural por ano, respectivamente. Está em curso o processo de assinatura das versões portuguesa e inglesa dos contratos.

No projecto inicial, o CPF havia sido projectada para produzir 120 MGJ/a para vender a Sasol Gas, cliente âncora, através do Primeiro Contrato de Venda de Gás (GSA 1). Em Março de 2007, os parceiros acordaram expandir a produção de Pande e Temane e do CPF em Temane para aumentar a capacidade existente de produção de gás e de vendas em 50% e aumentar a capacidade das instalações de produção de 120 MGJ/a para 183 MGJ/a. Da nova capacidade adicional de 63 MGJ/a, 27 MGJ/a foi atribuída à Sasol Gas, através do Segundo Contrato de

Vendas de Gás (GSA 2), 27 MGJ/a foi atribuída a projectos elegíveis no mercado moçambicano e 9 MGJ/a foi reservado para os royalties de gás em espécie a ser pago ao Governo moçambicano.

2. Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) e as respectivas interpretações publicadas pelo Conselho Internacional de Padrões de Contabilidade (CIPC).

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras anuais foram preparadas com base no princípio do custo histórico e as demonstrações financeiras estão apresentadas nos livros de contas da empresa. As transacções e os saldos relativos à quota da empresa nas operações do consórcio são baseados nas demonstrações de facturação e nas informações prestadas pelo operador.

2.3 Moeda Funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Dólares Americanos, que constitui a moeda funcional da empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Dólares Americanos foram arredondadas para a unidade do Dólar mais próximo.

2.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro requer que a equipa de gestão efectue julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação de políticas contabilísticas e os montantes reportados de bens, obrigações, rendimentos e despesas. Os resultados actuais podem diferir destas estimativas. As estimativas e os pressupostos subjacentes são revistos numa base contínua. As revisões das estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afectados.

Em particular, informações sobre áreas significativas de estimativas de incertezas e juízos críticos na aplicação das políticas contabilísticas que tem o efeito mais significativo nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas:

Nota 14 – Propriedade, instalações e equipamento

Nota 13 – Provisão para custo de encerramento e reabilitação ambiental

Nota 18 – Imposto sobre o rendimento

3. Políticas Contabilísticas Significativas

As políticas contabilísticas abaixo estabelecidas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Operações do Consórcio

As operações nos campos de Pande e Temane foram estruturadas na forma de um Empreendimento conjunto não incorporado (UJV), nos termos da qual o Consórcio não é registado como uma empresa separada, mas cada parte da UJV, nos termos do Acordo de Operações Conjuntas, recebe a sua quota respectiva de activos, passivos e rendimentos líquidos das operação.

3.2. Operações em Moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são contabilizadas às taxas de câmbio em vigor à data da transacção. Os bens e as obrigações monetárias denominadas em moedas estrangeiras à data do relatório são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio do final de ano.

O ganho ou perda cambial é a diferença entre o custo na moeda funcional no início do ano, ajustado pela taxa efectiva de juro e pagamento durante o ano, e o custo em moeda estrangeira convertido à taxa de câmbio do final do ano.

Activos passivos não-monetarios que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o justo valor foi determinado. Os itens não-monetarios que são mensurados com base no custo histórico na moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data de transacção.

A diferença de câmbio resultantes de reconversão da moeda são geralmente reconhecidos no resultado.

3.3. Instrumentos Financeiros

Activos financeiros não-derivados

A empresa reconhece inicialmente os empréstimos e as receitas na data em que são originados. Todos os outros activos financeiros (incluindo os activos designados pelo seu valor justo através de lucros ou perdas) são reconhecidos inicialmente na data da transacção na qual a empresa se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A empresa não reconhece um activo financeiro

quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo expirarem ou quando forem transferidos os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais do activo financeiro numa transacção em que todos os riscos e recompensas de propriedade do activo financeiro sejam, substancialmente, transferidos. Qualquer juro sobre os activos financeiros transferidos que seja criado ou retido pela Empresa é reconhecido como um activo ou obrigação separada. Os activos e as obrigações financeiras são compensados e o montante líquido apresentado na demonstração da posição financeira quando, e somente quando, a empresa tiver um direito legal de compensar os montantes e pretender liquidar numa base líquida ou realizar o activo e liquidar, simultaneamente, a obrigação.

A empresa tem os seguintes activos financeiros não-derivados: empréstimos e devedores.

Empréstimos e devedores – Os empréstimos e devedores são activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados num mercado activo. Esses activos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo mais todos os custos da transacção directamente atribuíveis. Subsequente ao reconhecimento inicial, os empréstimos e os devedores são medidos ao custo amortizado, usando-se o método de juro efectivo menos quaisquer perdas por redução do valor recuperável. Os empréstimos e os devedores incluem clientes e outros devedores (ver a nota 8).

O caixa e os equivalentes de caixa incluem os valores monetários em cofre e os depósitos, com maturidades iniciais de três meses ou inferiores. Os descobertos bancários reembolsáveis são parte integrante da gestão de caixa da Empresa e são incluídos como uma componente de caixa e equivalentes a caixa para efeitos de demonstração de fluxos de caixa.

Passivos financeiros não-derivados

A Empresa reconhece inicialmente as garantias de dívida emitidas e os passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo os passivos designados ao valor justo através de ganhos ou perdas) são reconhecidos inicialmente na data da transacção em que a Empresa se torne parte das disposições do instrumento contratual. A Empresa não reconhece um passivo financeiro quando as suas obrigações contratuais são libertadas ou canceladas ou expiram. Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado na demonstração da posição financeira quando, e apenas quando, a Empresa tiver o direito legal de compensar os montantes e pretender liquidar numa base líquida ou realizar o activo e liquidar, simultaneamente, o passivo. A Empresa tem os seguintes passivos financeiros não-derivados: financiamentos e devedores e credores. Esses passivos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo mais todos os custos de transacção directamente atribuíveis.

Subsequente ao reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, usando-se o método de juro efectivo.

Capital Social

Acções ordinárias – As acções ordinárias são classificadas como capital social. Os custos adicionais directamente atribuíveis à emissão das acções ordinárias são reconhecidos como uma dedução do capital próprio, líquido de quaisquer efeitos fiscais.

3.4. Propriedade, instalações e equipamento

Reconhecimento e medição

Os itens de propriedade, instalações e equipamento são medidos ao custo de aquisição menos a depreciação acumulada e as perdas por redução do valor recuperável.

O custo inclui todas as despesas directamente atribuíveis na aquisição do activo. O custo dos activos de autoconstrução inclui os custos dos materiais e da mão-de-obra directa, todos os outros custos directamente atribuíveis para colocar o activo em condições de funcionamento para o seu uso pretendido e os custos de desmontagem e remoção dos itens e de restauro do local em que estão localizados.

Quando as partes de um item de propriedade, instalações ou equipamento tiverem vidas úteis diferentes, são contabilizadas como itens separados (componentes principais) de propriedade, instalações e equipamento.

Os ganhos e perdas da venda de um item de propriedade, instalações e equipamento são determinados pela comparação receitas de venda com o valor contabilístico dos itens de propriedade, instalações e equipamento e são reconhecidos em “outros proveitos” na demonstração de resultados.

Despesas subsequentes

O custo de substituição de parte de um item de propriedade, instalações e equipamento é reconhecido no montante do valor contabilístico do item, se for provável que os benefícios económicos futuros incorporados nessa parte fluam para a Empresa e o custo possa ser medido com fiabilidade. O montante valor contabilístico da parte substituída não é reconhecido. O custo de manutenção diária da propriedade, instalações e equipamento é reconhecido em ganhos e perdas, conforme incorrido.

Depreciação

Para os activos não produtivos, as depreciações são registadas em ganhos e perdas numa base constante sobre as vidas úteis estimadas de cada item de propriedade, instalações e equipamento. Os activos arrendados são depreciados ao longo do período de arrendamento e da sua vida útil, a menos que seja razoavelmente certo que a Empresa obterá a propriedade no fim do período de arrendamento. A terra não é depreciada.

As vidas úteis estimadas, são como seguem:

-Veículos motorizados	4 anos
-Equipamento	4 – 10 anos

Os métodos de depreciação, vidas úteis e valores residuais são revistos no final de cada ano financeiro e ajustados, se apropriado.

3.5. Custos de Exploração, Avaliação e Desenvolvimento

O método de esforço bem sucedido é usado para contabilizar a exploração de gás e as actividades de avaliação.

Os custos geológicos e geofísicos relativos a furos exploratórios secos e os custos de transporte e retenção de propriedades não desenvolvidas são reconhecidos nas demonstrações de resultados, conforme incorridos.

Após a conclusão de um furo exploratório, a entidade poderá ter encontrado reservas de petróleo e gás. Essas reservas são classificadas como provadas quando, após análise de dados geológicos e de engenharia, parecer com certeza razoável que estas reservas poderiam ser recuperáveis no futuro, nas condições económicas e operacionais existentes.

O custo de furos exploratórios, através dos quais reservas potenciais provadas de petróleo e gás foram descobertas, é capitalizado como activos minerais em propriedade, instalações e equipamento. Estes custos permanecem capitalizados, pendentes da determinação das reservas de gás provadas serem encontradas, desde que tenham sido cumpridas as condições seguintes: (i) existam reservas de petróleo e gás suficientes para justificar o gasto de capital necessário para a conclusão do furo como furo de produção; (ii) a perfuração de furos exploratórios adicionais esteja em curso ou firmemente planeada para um futuro próximo; e (iii) progresso suficiente esteja a ser

feito para avaliar as reservas de petróleo e gás e a viabilidade económica ou operacional da propriedade em desenvolvimento.

Se as condições acima não forem cumpridas, ou se as informações obtidas suscitarem dúvidas sobre a viabilidade económica ou operacional do projecto, os custos são debitados à demonstração de resultados. O progresso a este respeito é avaliado anualmente, pelo menos, para assegurar justificação suficiente para efectuar essa exploração e despesa de avaliação como um activo.

As actividades de desenvolvimento envolvem um plano ou desenho para a produção de produtos e processos novos ou substancialmente melhorados. A despesa de desenvolvimento é capitalizada somente se os custos de desenvolvimento puderem ser medidos de forma fiável, o produto ou o processo for técnica e comercialmente viável, os benefícios económicos futuros sejam prováveis e a Empresa pretenda e tenha recursos suficientes para completar o desenvolvimento e usar ou vender o activo. A despesa capitalizada inclui o custo de materiais, mão-de-obra directa e custos gerais que sejam directamente atribuíveis à preparação do activo para o seu uso pretendido. Os custos de empréstimos relativos ao desenvolvimento de activos qualificados são capitalizados ao custo do activo qualificado. Outra despesa de desenvolvimento é reconhecida em ganhos e perdas, conforme incorrida.

A despesa incorrida para perfurar e equipar furos em desenvolvimento em propriedades comprovadas é capitalizada como activos minerais em propriedade, instalações e equipamento na data em que é comissionada.

A despesa de desenvolvimento capitalizada é medida ao custo menos a depreciação acumulada e as perdas por redução do valor recuperável acumulado.

A depreciação dos activos de exploração e das despesas de desenvolvimento capitalizadas mais os custos de comissionamento é baseada no método de unidades de produção, numa base de campo-a-campo, calculada com utilização de uma estimativa das reservas comprovadas desenvolvidas de petróleo e gás. Estas reservas representam as reservas remanescentes no final do ano, de acordo com o Relatório dos Vendedores usado para cálculo retroactivo da depreciação no início de cada ano financeiro.

3.6. Activos Incorpóreos

Os activos incorpóreos são integrados ao custo menos a amortização e a redução de valor recuperável acumulado. Os activos incorpóreos são reconhecidos se for provável que os benefícios económicos dos bens fluam para a empresa, e os custos dos bens possam ser medidos de forma fiável. Os activos incorpóreos consistem apenas de direitos de concessão para explorar e produzir gás nos campos de Pande e Temane, ao abrigo de um Contrato de Produção de Petróleo assinado em Outubro de 2000, que terminará em 2033 (ver a nota 1). Este activo incorpóreo foi amortizado segundo o método constante ao longo do período de vida útil remanescente.

Despesas subsequentes

As despesas subsequentes são capitalizadas somente quando aumentarem os benefícios económicos futuros incorporados no bem específico ao qual se relacionem. Todas as outras despesas, incluindo as despesas de “goodwill” e marcas, geradas internamente, são reconhecidas em ganhos ou perdas, conforme incorridas.

Amortização

Os activos incorpóreos são amortizados pelo método constante, tendo como base a vida útil estimada de 17 anos, em 2013.

3.7. Provisões

As provisões para restauro ambiental e reclamações legais são reconhecidas quando: a empresa tem uma obrigação legal ou construtiva presente como resultado de eventos passados; é provável que uma drenagem de recursos seja necessária para pagar a obrigação; e o montante tenha sido estimado com confiança. As provisões não são reconhecidas para perdas operacionais futuras. A provisão para reabilitação do local das instalações é reconhecida como e quando a responsabilidade ambiental surgir.

Onde uma obrigação de encerramento e ambiental surgir de actividades de desenvolvimento mineiro, os custos são capitalizados como parte do custo do activo associado. Quando esta mesma obrigação surgir de actividades de produção mineira, tal obrigação constitui gastos, as provisões são determinadas descontando os fluxos de caixa previstos, a uma taxa antes do efeito do imposto que reflecta as taxas de mercado correntes e os riscos específicos da obrigação. Os encargos das provisões que foram capitalizadas aquando do reconhecimento inicial no custo do bem relacionado são adicionados ao ou deduzidos do valor contabilístico do activo.

Onde houver uma quantidade de obrigações semelhantes, a probabilidade de uma drenagem ser requerida para pagamento é determinada considerando-se a classe das obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo se a probabilidade de uma drenagem no respeitante a qualquer item incluído na mesma classe de obrigações for pequena. As provisões são medidas ao valor presente das despesas previstas como necessárias para o pagamento da obrigação, usando-se uma taxa antes do efeito do imposto que reflecta as avaliações de mercado correntes do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O acréscimo das provisões devido à passagem do tempo é reconhecido como uma despesa de juro.

3.8. Imparidade dos Activos

Activos não financeiros

Os valores contabilísticos dos activos, com excepção das existências, são revistos na data de cada relatório para determinar se existe alguma indicação de imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do activo é estimado. Uma perda por imparidade é reconhecida sempre que o valor contabilístico de um activo ou da sua unidade geradora de caixa exceder o seu montante recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de resultados.

O montante recuperável dos devedores da Empresa, avaliado pelo custo amortizado, é calculado ao valor actual dos fluxos de caixa futuros previstos, descontados à taxa de juro efectiva original inerente ao activo. Os devedores de curto prazo não são descontados.

O montante recuperável de um activo é o maior do seu valor líquido realizável e do seu valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados do seu valor corrente, usando-se uma taxa de desconto antes do efeito do imposto que reflecta as avaliações de mercado correntes do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o activo. Para um activo que não gere entradas de caixa largamente independentes das dos outros activos, o montante recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

Uma perda por imparidade do valor recuperável é anulada se tiver havido uma alteração nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Uma perda por imparidade somente é anulada na medida em que o valor do activo não exceda o montante que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida.

Activos financeiros não-derivados

Um activo financeiro, não classificados, que não seja mensurado pelo método do justo valor, com contrapartida de resultados, incluindo um investimento em capital, é avaliado a cada data de balanço para determinar se há evidências objectiva de imparidade. Um activo financeiro está em imparidade se há evidencia objectiva de imparidade como resultado de um ou mais eventos ocorridos depois do reconhecimento inicial do activo e, que aquele evento (perda) teve impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados desse activo que pode ser estimado de forma fiável.

A evidência objectiva de que os activos financeiros estão em imparidade inclui incumprimento ou delinquência do devedor, a reestruturação do montante devido a empresa, indicação de que o devedor ou emissor entrará em falência, mudanças adversas na situação de pagamento aos financiadores, condições económicas que se correlaciona com incumprimento ou desaparecimento de um mercado activo e seguro. Adicionalmente, para investimento de capital um declínio significativo ou prolongado do seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objectiva de imparidade.

A empresa considera evidência de imparidade de activos financeiros mensurados pelo custo amortizado (empréstimos e dívidas a receber e activos financeiros mantidos até à maturidade), ambos o activo específico e colectivo. Todos os activos individualmente significativos são avaliados quanto à sua imparidade específica. Aqueles activos que não se verificam com a imparidade específica são então avaliados colectivamente quanto a qualquer perda de valor que foram incorridas, mas ainda não identificada. Os ativos que não são individualmente significativos são avaliados colectivamente pelo agrupamento activos com características de risco semelhantes.

Na avaliação colectiva de imparidade, a empresa utiliza tendências históricas de probabilidade de incumprimento, de prazo de recuperação e valores de perdas incorridos, ajustados pelo julgamento da administração pelo facto das condições económicas e de crédito actuais provavelmente serem maiores ou menores do que as seguidas pelas tendências históricas.

Uma perda por imparidade em relação a um activo financeiro medido pelo custo amortizado é calculado pela diferença entre o valor contabilístico e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juro efectiva original do activo.

As perdas por imparidade são reconhecidas nos resultados e reflectidos na conta de provisões para empréstimo e dívidas ou investimentos mantidos até o vencimento. Os juros de imparidade dos activos continuam sendo reconhecidos. Quando um evento ocorre depois do reconhecimento da

imparidade, causando uma diminuição de perda de imparidade, a diminuição da perda de imparidade é revertida em contrapartida de Resultados.

3.9. Imposto Sobre o Rendimento

As despesas de imposto sobre o rendimento compreendem impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são reconhecidos em ganhos ou perdas. O imposto corrente é o imposto previsto para pagamento ou para recebimento sobre o rendimento ou perda taxáveis no ano, usando-se as taxas de impostos em vigor, ou substancialmente em vigor, à data do relatório e quaisquer outros ajustamentos de impostos pagáveis no respeitante a exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido no respeitante às diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos para efeitos de demonstrações financeiras e dos montantes usados para efeitos de taxação.

O imposto diferido é medido às taxas de imposto que são previstas para aplicação às diferenças temporárias quando revertem, baseado nas leis que tiverem entrado em vigor, ou substancialmente entrado em vigor, à data de relatório. Os activos e passivos de impostos diferidos são compensados se houver um direito legal executável de compensar as obrigações e os bens de impostos correntes e se disserem respeito aos impostos de rendimento aplicados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade fiscal, ou sobre entidades fiscais diferentes, mas que pretendam pagar as obrigações e os activos fiscais correntes numa base líquida ou que os seus bens e os seus passivos sejam realizados simultaneamente.

Um activo de imposto diferido é reconhecido para perdas fiscais não usadas, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável que os futuros lucros taxáveis estarão disponíveis, contra os quais possam ser utilizados. Os activos de imposto diferidos são revistos em cada data de relatório e são reduzidos na medida em que já não seja provável que o benefício fiscal relacionado seja realizado.

3.10. Benefícios dos Trabalhadores

O custo dos benefícios a curto-prazo dos trabalhadores, tais como salários, direito dos trabalhadores a férias pagas, bónus, assistência médica e outras contribuições, é reconhecido durante o período em que o empregado presta o serviço relacionado. A Empresa reconhece o custo

do bónus previsto, somente quando a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva presente de efectuar esse pagamento e uma estimativa fiável possa ser feita.

Em seguimento às recomendações do Conselho de Ministros e à nova Lei e aos Regulamentos sobre Moeda Estrangeira (Lei nº 11/2009 de 3 de Março de 2009 e Decreto nº 83/2010 de 31 de Dezembro de 2010, respectivamente), o Conselho de Administração da CMH decidiu converter e pagar em Meticais todos os benefícios a partir de Janeiro de 2011, usando uma taxa fixa de 7 de Setembro de 2010 (1 USD igual a 36,65 Meticais).

Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definido é um plano de benefícios pós emprego sob o qual a entidade paga contribuições fixas a uma entidade separada e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais. A obrigação para contribuição para o plano de contribuição definido é reconhecida como despesa de benefícios a trabalhadores, no resultado do período em que os serviços relacionados são prestados pelo trabalhador. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um activo na medida em que há restituição em dinheiro ou redução de pagamentos futuros. As contribuições para um plano definido cujo vencimento é superior a 12 meses após o final do período em que os trabalhadores prestam serviços são descontados no seu valor presente.

As contribuições para o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), Fundo Nacional de Segurança Social, um plano de contribuição definido que todas as empresas Moçambicana são por lei obrigadas a fazer.

Outros benefícios de longo prazo

As obrigações de curto prazo referentes aos benefícios a pagar aos trabalhadores são mensuradas numa base não descontada e são registadas como despesas quando o respectivo serviço é prestado. Uma provisão é reconhecida pelo valor que se espera pagar, a curto prazo ao abrigo do plano de pagamento de bónus se a empresa tiver obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor por algum serviço que o trabalhador tenha prestado no passado, desde que essa obrigação possa ser estimada de forma fiável.

3.11. Existências

As existências são medidas pelo custo de aquisição e pelo valor líquido realizável, quando inferior. O custo inclui as despesas incorridas na aquisição de activos, custos de produção ou de conversão e

outros custos incorridos para deixá-las na presente localização e estado.

O custo é determinado como segue:

- Gás natural Líquido - condensado (método de avaliação *first-in-first-out* – FIFO)
- Processamento, manutenção e outros materiais (preço do custo médio ponderado)

O valor líquido realizável é o preço de venda estimado no decurso normal do negócio menos o custo de despesas de conclusão e de vendas.

3.12. Reconhecimento de Receitas

A receita das vendas de gás natural e de gás natural líquido - condensado, no decurso das actividades ordinárias, é medida ao valor justo do pagamento recebido ou a receber, líquido de “royalties” pagas ao governo, retornos, impostos indirectos, descontos comerciais e rebates de volume. A receita é reconhecida quando existir evidência persuasiva, na forma de contrato de vendas de gás executado, de que os riscos significativos e os prémios de propriedade foram transferidos para o comprador, que a recuperação do pagamento seja provável, os custos associados e o retorno possível dos bens podem ser estimados de forma fiável, de que não há nenhum envolvimento continuado da direcção com os activos e que o montante da receita pode ser medido de forma fiável. Na produção e venda de gás, a transferência de propriedade ocorre geralmente quando o gás ou o condensado são fisicamente transferidos para um navio, gasoduto ou qualquer outro mecanismo de entrega.

O “royalty” é o imposto sobre o petróleo produzido no território moçambicano. A base fiscal do “royalty” é o valor do petróleo produzido, incluindo as quantidades de petróleo perdido como resultado de qualquer deficiência nas operações petrolíferas ou por negligência. O royalty (imposto) é cobrado em 5% do valor do gás natural e condensado produzido ou extraído e vendido, menos o custo de transporte, recolha e processamento.

3.13. Dividendos

Com base nos empréstimos da empresa os dividendos são aprovados pelo financiadores. Os dividendos declarados podem ser pagos somente mediante aprovação dos financiadores ou na data do reembolso dos empréstimos. A empresa considera que não há aprovação dos financiadores dos dividendos declarados no relatório e por isso não há dedução nos lucros acumulados.

3.14. Receitas financeiras e custos financeiros

As receitas financeiras incluem os juros sobre os fundos investidos (incluindo bens financeiros

disponíveis-para-venda), os ganhos sobre o abate de bens financeiros disponíveis-para-venda, as alterações ao valor justo dos bens financeiros, através de ganhos ou perdas. O juro sobre o rendimento é reconhecido em ganhos e perdas, quando vencer, usando-se o método de juro efectivo.

Os custos financeiros compreendem as despesas de juros sobre empréstimos, a anulação do desconto sobre as provisões, as alterações ao valor justo de activos financeiros, através da demonstração de rendimentos, as perdas por redução do valor recuperável reconhecidas sobre os activos financeiros.

Os custos de empréstimos que não sejam directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo qualificável, são reconhecidos em ganhos ou perdas usando-se o método de juro efectivo.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados numa base líquida.

3.15. Segmento a reportar

A Empresa tem apenas um segmento - as suas operações de gás natural e não há outros segmentos.

3.16. Ganhos por acção

A Empresa apresenta dados de ganhos básicos e diluídos por acção (GPA) para as suas acções ordinárias. O GPA básico é calculado dividindo-se o lucro ou a perda atribuível aos accionistas ordinários da Empresa pelo número da média ponderada de acções ordinárias em dívida durante o período, ajustadas para acções próprias detidas. O GPA diluído é determinado ajustando-se o lucro ou a perda atribuível aos accionistas ordinários e o número da média ponderada de acções ordinárias em dívida, ajustadas para acções próprias detidas, para efeitos de todas as potenciais acções ordinárias diluíveis, que incluam notas convertíveis e opções de acções conferidas aos empregados, se houver.

3.17. Novas normas e interpretações ainda não adoptadas

Novas normas, emendas às normas e interpretações ainda não haviam entrado em vigor para o exercício findo em 30 de Junho de 2013. Estas incluem normas e interpretações que são aplicáveis ao negócio da entidade e que podem ter impacto em futuras demonstrações financeiras:

- Emenda à 32 - compensação de activos financeiros e passivos financeiros; Data de emissão: Dezembro de 2011; Data efectiva: Janeiro de 2014;
- Emenda IFRS 7 Divulgações – Compensação de activos financeiros e passivos financeiros; Data de emissão: Dezembro de 2011; Data efectiva: Janeiro de 2013;
- IAS 19 Benefícios aos empregados; Data de emissão: Junho de 2011; Data efectiva: Janeiro de 2013;
- IFRS 13 – Mensuração do justo valor. A aplicar a partir de 1 de Janeiro de 2013;
- IFRS 27 – Demonstrações financeiras separadas; Data de emissão: Março de 2011; Data efectiva: Janeiro de 2013

O conselho de administração não prevê que a adopção destas normas e da sua interpretação tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do período de adopção inicial.

4. Propriedade, instalações e equipamento

	Edifício dos escritórios USD	Veículos e Equipamento USD	Activos de Mineração e CPF USD	Imobilizações em Curso USD	Total USD
Custo					
Em 1 de Julho de 2011	-	648 784	129 657 202	59 270 044	189 576 030
Acréscimos	-	169 060	13 920 244	3 795 339	17 884 643
Abates	-	(14 520)	-	-	(14 520)
Transferência	2 078 836	301 847	59 086 402	(61 467 085)	-
Saldo em 30 de Junho de 2012	<u>2 078 836</u>	<u>1 105 171</u>	<u>202 663 848</u>	<u>1 598 298</u>	<u>207 446 153</u>
Em 1 de Julho de 2012	2 078 836	1 105 171	202 663 848	1 598 298	207 446 153
Acréscimos	-	5 032	31 909 822	3 853 003	35 767 857
Abates	-	(261 695)	-	-	(261 695)
Transferência	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2013	<u>2 078 836</u>	<u>848 507</u>	<u>234 573 670</u>	<u>5 451 301</u>	<u>242 952 315</u>
Depreciação Acumulada					
Saldo em 1 de Julho de 2011	-	264 664	26 337 968	-	26 602 632
Acréscimos	41 577	208 660	6 170 070	-	6 420 307
Abate	-	(14 520)	-	-	(14 520)
Saldo em 30 de Junho de 2012	<u>41 577</u>	<u>458 804</u>	<u>32 508 038</u>	<u>-</u>	<u>33 008 419</u>
Saldo em 1 de Julho de 2012	41 577	458 804	32 508 038	-	33 008 419
Depreciação	41 577	277 670	8 808 027	-	9 127 274
Abate	-	(222 950)	-	-	(222 950)
Saldo em 30 de Junho de 2013	<u>83 154</u>	<u>513 524</u>	<u>41 316 065</u>	<u>-</u>	<u>41 912 743</u>
Valores contabilísticos					
Em 1 de Julho de 2011	-	384 120	103 319 234	59 270 044	162 973 398
Em 1 de Julho de 2012	2 078 836	646 367	170 155 810	1 598 298	174 437 734
Em 30 de Junho de 2013	<u>1 995 682</u>	<u>334 984</u>	<u>193 257 605</u>	<u>5 451 301</u>	<u>201 039 572</u>

Divulgação Adicional

	Junho de 2013 USD	Junho de 2012 USD
Acréscimos do ano corrente	35 767 857	17 884 643
Ajustamentos de item não-monetário – provisão ambiental	(31 661 777)	(10 269 228)
Pela demonstração do fluxo de caixa	<u>4 106 080</u>	<u>7 615 415</u>

5. Activos Intangíveis

	Direitos de Concessão USD
Custo	
Em 1 de Julho de 2011	19 231 666
Saldo em 30 de Junho de 2012	<u>19 231 666</u>
Em 1 de Julho de 2012	19 231 666
Saldo em 30 de Junho de 2013	<u>19 231 666</u>
Amortização Acumulada	
Em 1 de Julho de 2011	7 548 429
Encargos do ano	649 069
Saldo em 30 de Junho de 2012	<u>8 197 498</u>
Em 1 de Julho de 2012	8 197 498
Encargos do ano	649 069
Saldo em 30 de Junho de 2013	<u>8 846 567</u>
Valores contabilísticos	
Em 1 de Julho de 2011	11 683 237
Em 1 de Julho de 2012	<u>11 034 168</u>
Em 30 de Junho de 2013	<u>10 385 099</u>

Os bens intangíveis compreendem os direitos de concessão para o desenvolvimento do projecto de gás (campos de Pande e Temane), que foram transferidos da ENH.

6. Inventários

	Junho de 2013 USD	Junho de 2012 USD
Condensado e material de manutenção	1 437 865	1 414 725
	<u>1 437 865</u>	<u>1 414 725</u>

7. Dívidas entre empresas do Grupo

	Junho de 2013 USD	Junho de 2012 USD
Empresa Nacional de Hidrocarbonetos		
Devedores	431 086	610 705
Credores	(18 400)	(9 200)
	<u>412 686</u>	<u>601 505</u>

O montante a receber da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP está relacionado com os adiantamentos efectuados entre a ENH e a CMH antes do ano financeiro de 2006. Em Março de 2005, a ENH enviou uma carta à CMH, reconhecendo esta dívida de USD 710 516. O montante total de USD 179 619 foi deduzido dos dividendos pagos a ENH, durante o ano. Esta prática continuará a ser aplicada sempre que houver pagamento de dividendos, até que este montante esteja liquidado

O montante pagável à ENH (USD 18 400) é resultado dos serviços prestados pela ENH em conformidade com o Contrato de Gestão.

8. Outros Activos Correntes

	Junho de 2013 USD	Junho de 2012 USD
Juro sobre bens correntes do Consórcio - empreendimento conjunta não incorporado	11 284 160	5 698 250
Clientes	11 043 129	4 321 901
Imposto Sobre o Valor Acrescentado	241 031	1 376 349
Outros devedores	493 752	407 860
Trabalhadores devedores	13	-
Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)	457 436	406 613
Antecipações Activas	36 303	1 247
	<u>11 777 912</u>	<u>6 106 110</u>

9. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Junho de 2013 USD	Junho de 2012 USD
Caixa em carteira	334	357
Caixa em Bancos	115 955 346	95 981 291
Conta On-shore da CMH (i)	1 223 948	1 192 387
Conta de Receitas (ii)	20 204 411	58 266 865
Conta de Reserva de Capex (iii)	5 526 865	18 422 883
Conta Off-Shore de Operações (iv)	65 642	65 642
Conta de Reserva para o serviço da dívida (v)	6 960 795	18 033 514
Deposito a Taxa Fixa (vi)	81 973 685	-
Caixa e Equivalentes de Caixa para propósitos de declaração de Fluxo de Caixa	<u>115 955 680</u>	<u>95 981 648</u>

O mecanismo de pagamento e a prioridade de pagamento são determinados contratualmente pelo Acordo de Contas. Este acordo foi feito como escritura em 20 de Maio de 2010, entre a Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH), o Development Bank of Southern Africa (DBSA), a Agence Française de Development (AFD), o Standard Bank of South Africa Limited (a conta bancária off-shore) e o Barclays Bank Moçambique SA (a conta bancária on-shore) e foi acordado manter, em nome da CMH, as contas seguintes:

- i. Conta Onshore da CMH (Conta Onshore em Meticais e Conta Onshore em Dólares) – a CMH transferirá, das contas de receitas, em quaisquer datas de pagamento, o montante dos custos administrativos previstos para pagamento em Moçambique durante um período de seis meses após a data de pagamento.
- ii. As Contas de Receitas – nesta conta serão depositadas as receitas de cada reembolso feito nos termos das facilidades da Expansão, todas as receitas, incluindo qualquer montante pagável à CMH nos termos dos documentos do projecto, todas as receitas de qualquer capital social, todas as receitas de seguros e qualquer montante em excesso a crédito da conta do Serviço da Dívida e da Conta de Reserva de Despesas de Investimento.
- iii. A Conta de Reserva de Despesas de Investimento – nesta conta estará disponível o montante igual ao montante agregado do custo operacional do projecto e das despesas de sustentação durante o período de 12 meses seguinte e o custo administrativo da CMH para o período de 6 meses seguinte.

Não obstante de qualquer outra disposição do presente Contrato, até 70% dos fundos a crédito na Conta de Reserva de Despesas de Investimento pode ser investido em Investimentos Permitidos pelo Mutuário, mediante o consentimento prévio e por escrito dos Financiadores da CMH.

- iv. A Conta Offshore – nesta conta estará disponível o montante para propósitos de satisfazer os custos operacionais do projecto, devidos e pagáveis, denominados em Dólares, e os custos

administrativos da CMH pagáveis fora de Moçambique.

- v. A Conta de Reserva do Serviço de Dívida – nesta conta estará disponível a soma de todos os pagamentos de capital e de juros que serão devidos e pagáveis nas quatro datas de pagamento imediatamente seguintes, em conformidade com as facilidades da CMH e é alimentada trimestralmente por fluxos de caixa disponíveis somente para cobrir qualquer falta nos juros previstos e capital devido, e pagáveis nos termos dos documentos financeiros.
- Não obstante de qualquer outra disposição do presente Contrato, até 70% dos fundos a crédito na Conta de Reserva do Serviço da Dívida pode ser investido em Investimentos Permitidos pelo Mutuário, mediante consentimento prévio e por escrito dos Financiadores da CMH.
- vi. Depósito a prazo curto (Investimentos Permitidos) - conforme referido no ponto (iii) e (v) acima, os Financiadores da CMH (AFD e DBSA) concederam a autorização à CMH para investir 70% dos montantes existentes nas contas no exterior (Conta de Reserva do Serviço da Dívida, Conta de Reserva de despesas de Investimento e a Conta de Receitas) em depósito a prazo a taxa fixa de 0,45% para o período de 28 Junho a 29 Setembro de 2013.

10. Capital Social

		Junho de 2013		Junho de 2012	
		USD		USD	
	%		%		
4 153 880 acções ordinárias detidas pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), a um valor nominal de USD 4.26 por acção	70	17 700 654	70	17 700 654	
1 186 823 acções ordinárias detidas pelo Governo Moçambicano, a um valor nominal de USD 4.26 por acção	20	5 057 330	20	5 057 330	
593 412 acções ordinárias de Classe "C" detidas por 1 274 Accionistas privados, a um valor nominal de USD 4.26 por acção	10	2 528 665	10	2 528 665	
Total do capital social autorizado, emitido e pago	100	<u>25 286 649</u>	100	<u>25 286 649</u>	

11. Capital Suplementar

Nos termos dos acordos financeiros existentes assinados com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), o Banco de Investimento Europeu (BEI) e o Development Bank of Southern Africa (DBSA), a ENH comprometeu-se a efectuar a contribuição de capital requerida para cumprir o rácio dívida/capital e, em conformidade, os accionistas comprometeram-se a contribuir com USD 4 000 000 (Quatro milhões de Dólares) de modo a cumprir esse requisito de rácio e, como resultado, a

Escritura de Consentimento para o pagamento de USD 4 000 000 de Adiantamento do Empréstimo adicional foi assinada e o montante foi pago em Junho de 2008. Por conseguinte, em conformidade com o artigo seis dos estatutos da CMH e com o artigo trezentos e três e artigo seguinte do Código Comercial, a Assembleia Geral aprovou que o valor adicional de USD 4 000 000 fosse tratado como capital suplementar.

12. Empréstimos

	Junho de 2013 USD	Junho de 2012 USD
Parte não-corrente de empréstimos que rendem juros	65 768 771	84 371 286
Development Bank of South Africa - Tranche A (i)	8 333 333	11 111 111
Development Bank of South Africa- Tranche B (i)	25 159 228	31 678 705
Agence Française de Development Loan A (ii)	6 683 889	9 357 444
Agence Française de Development Loan B (ii)	25 592 321	32 224 026
Porção corrente dos empréstimos que rendem juros	14 161 276	5 451 334
Development Bank of South Africa - Tranche A (i)	2 777 778	2 777 778
Agence Française de Development - Loan A (i)	2 673 556	2 673 556
Development Bank of South Africa - Tranche B (ii)	4 317 807	-
Agence Française de Development - Loan B (ii)	4 392 135	-
Total	79 930 047	89 822 620

i) A CMH e o Development Bank of Southern Africa (DBSA) celebraram um acordo de crédito, em 20 de Maio de 2010, com vista a:

(a) Converter o crédito subordinado do DBSA num crédito sénior (Tranche A), a um custo de conversão de USD 631 563 e com um novo juro Libor (6 meses) mais um spread de 4,75%. Em relação ao Acordo de Empréstimo existente entre a CMH e o DBSA, em 11 de Abril de 2011, uma adenda ao acordo foi executada com a finalidade principal de fixar em 6.48% por ano a Taxa de Juro da Tranche A e ajustar em conformidade a definição de Custos de Desenredamento, a cláusula de Pré-Pagamento, a cláusula de Acumulação de Juros e a cláusula de Incumprimento de Juros no respeitante ao Empréstimo – Tranche A; e o ajustamento da cláusula de taxa de cumprimento, no respeitante à sua data de pagamento.

(b) garantir um crédito sénior posterior, nos termos do qual a CMH tem o direito de contrair empréstimos de fundos até ao limite de USD 50 000 000, com o 31 de Dezembro de 2012 como data de término de desembolsos. Os montantes desembolsados estão sujeitos a uma taxa de compromisso de 0,5% p.a., debitável a partir de 14 de Junho de 2010. Os montantes

desembolsados e não reembolsados vencem juros à taxa Libor (6 meses) mais um spread de 4,75% (Tranche B). Um total de USD 31 678 705 foi desembolsado, em 14 de Junho de 2010, 30 de Setembro de 2010 e 31 de Março de 2011, e o valor remanescente de USD 18 321 295 foi cancelado em 27 de Março de 2012. Em Agosto, foi assinado um addendum com novo plano de amortização. O reembolso de capital começou a 15 de Junho de 2013 (o reembolso começa 36 meses depois da primeira data de desembolso), é pagável numa base semestral.

Ambos os créditos estão agora garantidos pelos acordos de garantia seguintes: escritura de hipoteca da CP para a quota da CMH na CP (25%), penhora de bens móveis, cessão de direitos de seguros, cessão de direitos, cessão de posição contratual, penhora de contas bancárias e cessão de garantia de dinheiros.

ii) (a) A CMH celebrou uma Facilidade de Crédito com a Agência Francesa de Desenvolvimento, em 9 de Dezembro de 2004, nos termos da qual a CMH tem o direito a contrair o empréstimo de fundos até ao equivalente a USD 24 062 000. Um total de USD 22 725 000 foi retirado da facilidade. Os montantes desembolsados e não reembolsados vencem juros a 8,45% e são reembolsáveis a partir de 31 de Março de 2008 e terminando em 30 de Setembro de 2016, numa base semestral. A garantia sobre o crédito foi alterada para reflectir os novos acordos de créditos e está agora garantida pelos acordos de garantia seguintes: escritura de hipoteca da CP para a quota da CMH na CP (25%), penhora sobre os bens móveis, cessão de direitos de seguros, cessão de direitos, cessão de posição contratual, penhora de contas bancárias e cessão de garantia de dinheiros.

(b) A CMH celebrou um Acordo de facilidade de Crédito com a Agência Francesa de Desenvolvimento, em 20 de Maio de 2010, nos termos do qual a CMH tem o direito de contrair empréstimos de fundos até ao equivalente a USD 50 000 000. Um total de USD 32 224 026 foi desembolsado, em 14 de Junho de 2010, 08 de Outubro de 2010 e 10 de Março de 2011 e o valor remanescente de USD 17 775 974 foi cancelado em 27 de Março 2012. Os montantes desembolsados e não reembolsados vencem juros à taxa media de 6.05% por ano e o reembolso de capital começou a 15 de Junho de 2013 (o reembolso começa 36 meses depois da data do primeiro desembolso), pagável numa base semestral. O crédito é garantido pelos seguintes acordos de garantia: a escritura de hipoteca da CP, para a quota da CMH na CP (25%), a penhora sobre os bens móveis, a cessão dos direitos de seguro, a cessão de direitos, a cessão de posição contratual, a penhora de contas bancárias e a cessão de garantia de dinheiros.

13. Provisão para Custo de Encerramento e Reabilitação Ambiental

	Junho de 2013 USD	Junho de 2012 USD
Saldo de abertura	15 430 901	4 740 334
Juro hipotético	462 886	421 339
Capitalizado em propriedade, instalações e equipamento (devido a alterações nas taxas de desconto)	31 661 777	10 269 228
Saldo de Encerramento	<u>47 555 564</u>	<u>15 430 901</u>

Durante o ano o consórcio contratou um perito externo, Petrofac Engineering and Consulting Service, para ajudar na estimativa do custo não descontado de reabilitação dos furos e da central de processamento (CPF), após a interrupção da produção. A Petrofac verificou os custos de reabilitação dos furos e do CPF, resultando em um aumento significativo do passivo bruto que inclui uma contingência de 40%. O trabalho do perito também foi revisto pela empresa Genesis Management Consultant que concluiu que a estimativa é razoável. Para o cálculo da provisão foram adoptadas as recomendações dos peritos externos.

14. Outros Devedores e Credores

	Junho de 2013 USD	Junho de 2012 USD
Corrente		
Passivos correntes da UJV	3 550 540	3 902 342
Fornecedores	2 280 872	1 682 745
Antecipações	1 269 668	2 219 597
Outros credores	633 869	788 390
Outros fornecedores	62 325	25 846
Retenção de impostos, impostos dos trabalhadores e segurança social	23 904	29 073
Antecipações	547 640	733 471
	<u>4 184 409</u>	<u>4 690 732</u>
Pessoal – não-corrente	<u>85 382</u>	<u>51 232</u>

15. Receitas

	Junho de 2013 USD	Junho de 2012 USD
Receitas	74 806 567	69 725 993
Gás Natural	66 166 301	61 244 546
Condensado	8 640 266	8 481 447
“Royalties”	(1 570 764)	(1 359 546)
	<u>73 235 803</u>	<u>68 366 447</u>

16. Custos operacionais

	Nota	Junho de 2013 USD	Junho de 2012 USD
Custos com pessoal		2 739 816	2 635 200
Remuneração dos trabalhadores		1 969 692	1 858 492
Remuneração dos órgãos sociais		565 410	543 136
Segurança Social		26 965	22 923
Formação		177 746	209 894
Outros custos com o pessoal		3	755
Amortização e depreciação		9 776 343	7 069 376
Outros custos	16.1	11 288 867	11 149 989
		<u>23 805 026</u>	<u>20 854 565</u>

16.1 Outros custos

	Junho de 2013 USD	Junho de 2012 USD
Partilha de Custos Operacionais do Consórcio	10 005 036	10 139 025
Salários e custos relacionados	2 701 237	2 869 211
Contribuições para o INSS	222 071	267 497
Outros custos operacionais	7 081 728	7 002 317
Outras despesas administrativas da CMH	1 283 831	1 010 964
Auditoria e serviços de consultoria	145 157	186 873
Programa de desenvolvimento social	775 212	263 719
Impostos	6 199	16 240
Outros fornecedores e serviços	357 263	544 132
	<u>11 288 867</u>	<u>11 149 989</u>

17. Custos Financeiros Líquido

	Junho de 2013 USD	Junho de 2012 USD
Custos Financeiros	5 840 520	5 260 092
Juros sobre Empréstimos	5 365 399	4 715 632
Juro hipotético sobre libertação de provisões ambientais	462 886	421 339
Despesas de empréstimos	-	118 071
Outros encargos bancários	12 235	5 050
Receitas Financeiras	130 928	361 800
Receitas de juros	(70 188)	(82 853)
(Ganho)/perda sobre moeda estrangeira	(60 740)	444 653
	<u>5 709 952</u>	<u>5 621 892</u>

18. Imposto Sobre o Rendimento

	Junho 2013 USD		Junho 2012 USD
Imposto Corrente			
Reconciliação da taxa de imposto efectiva			
Lucro para o período	43 670 550		41 889 990
Despesas não dedutíveis	98 283		536 228
Efeito de depreciação acelerada conforme o CPP	(26 619 971)		(27 458 416)
Perdas não dedutíveis	168 956		-
	<u>17 317 818</u>		<u>14 967 802</u>
Imposto calculado à taxa real do CPP	32.0% 5 541 702	32.0%	4 789 697
Taxa actual	5 541 702		4 789 697
Efeito do imposto diferido	8 726 208		8 419 110
Imposto de Rendimento líquido	<u>14 267 910</u>		<u>13 208 807</u>
Imposto diferido – diferenças temporárias			
Diferenças de câmbio não realizadas			
Perdas	168 956		-
Obrigação de Imposto diferido (32%) (a)	<u>(54 067)</u>		<u>-</u>
Deferred Tax – Intangible assets			
Imposto diferido – Bens incorpóreos			
Deprecia�o dos direitos de concessão			
Montante em Meticais 33,33% por ano	-		-
Montante em USD 33,33% por ano	-		-
Montante em USD 5% por ano	649 069		649 069
Diferença	(649 069)		(649 069)
Obriga�o de Imposto diferido (32%) (b)	<u>(207 702)</u>		<u>(207 702)</u>
Imposto diferido – Bens de Minera�o			
Deprecia�o de bens de minera�o			
Montante em Meticais pelo CPP	1 105 018 704		927 939 252
Montante em USD pelo CPP	36 895 449		33 128 856
Montante em USD registado (reservas estimadas remanescentes)	(8 808 027)		(6 170 070)
Diferença	28 087 422		26 958 786
Obriga�o de imposto diferido (32%) (c)	<u>8 987 975</u>		<u>8 626 812</u>
Imposto diferido – Total			
Saldo inicial	36 922 195		28 503 085
Imposto diferido (a) + (b) + (c)	<u>8 726 209</u>		<u>8 419 110</u>
Obriga�o de imposto diferido	<u>45 648 403</u>		<u>36 922 195</u>
Imposto Sobre o Rendimento / (Pagável)			
Saldo inicial	781 851		(4 684 771)
Impacto das diferenças de câmbio	(50 645)		-
Pagamento	-		4 684 771
Provisão para impostos correntes	(5 541 702)		(4 789 697)
Pagamento antecipado	3 578 188		5 571 548
Saldo – (Pagável)/ a receber	<u>(1 232 308)</u>		<u>781 851</u>

18.1 Imposto sobre o rendimento (continuação)

As autoridades fiscais em Moçambique não confirmam a aceitação de retornos de impostos avaliados por si. Estes permanecem abertos e podem ser sujeitos a revisão e ajustamento por um período de 5 anos. O Conselho de Administração é de opinião que nenhuns ajustamentos significativos ou penalizações resultarão no respeitante aos anos em aberto se estes forem sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais.

19. Ganhos por Acção

Os ganhos básicos por acção foram calculados com base no lucro após impostos de USD 29 402 640 (Junho de 2012: USD 28 681 183) dividido pelo número médio de acções em emissão de 5 934 115 (Junho de 2012: 5 934 115).

Os números dos lucros diluídos por acção são iguais aos lucros básicos por acção visto que a empresa não teve instrumentos financeiros diluíveis à data do balanço.

20. Dividendos pagos ou declarados

Tendo em conta os Estatutos da CMH, a Política de Dividendos aprovada, os compromissos existentes com os Financiadores e o fim do período de disponibilidade dos empréstimos da expansão, a CMH distribuiu dividendos aos seus accionistas referentes aos exercícios AF08, AF09, AF10 e parte do AF11 em Novembro 2012, Dezembro 2012 e em Abril 2013, montante total de USD 10.47 milhões. As distribuições foram de acordo com o desempenho dos rácios financeiros da CMH.

Os dividendos totais distribuídos até a data somam USD17.688.823, que representa 37% dos dividendos declarados, como mostra a tabela abaixo:

Ano Financeiro	Data da Assembleia Geral	% Dividendos sobre os lucros	Total de dividendos declarados	Dividendos distribuídos	Dividendos pagos no AF13	Dividendos distribuídos (%)	Data de distribuição	Saldo declarado sujeita à aprovação dos financiadores para a distribuição
AF06*	12/14/2007	49%	6,427,076	2,217,820		35%	Jan-09	4,209,256
AF07*	6/19/2008	50%	2,911,101	-				2,911,101
AF08**	12/11/2008	25%	5,253,297	5,253,297	255,294	100%	Aug-10, Mar-11, Set-11, Abr-12 and Nov-12	-
AF09**	11/26/2009	25%	4,427,978	4,427,978	4,427,978	100%	Nov-12 and Dec-12	-
AF10**	11/11/2010	45%	4,171,003	4,171,003	4,171,003	100%	Dec-12	-
AF11**	29/11/2011	45%	10,420,453	1,618,725	1,618,725	16%	Apr-13	8,801,728
AF12**	27/11/2012	50%	14,340,592	-	-	-		14,340,592
Total			47,951,499	17,688,823	10,470,000	37%		30,262,676

* Dividendos a distribuir entre os accionistas ENH (80%) e o Estado de Moçambique (20%)

** Dividendos a distribuir entre os accionistas ENH (70%), o Estado de Moçambique (20%) e o Sector Privado (10%)

21. Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco

A exposição a riscos de moeda, crédito, liquidez e taxas de juro surge no decurso normal do negócio da Empresa. Os riscos da Empresa são monitorados continuamente. Os instrumentos financeiros, como demonstrados na folha de balanço, incluem os recursos de caixa, as receitas comerciais, os pagamentos comerciais e os créditos e empréstimos.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa a cada um dos riscos atrás mencionados, os objectivos da Empresa, as políticas e processos de medição e gestão de riscos e gestão de capital da Empresa.

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gestão de riscos da Empresa.

As políticas de gestão de riscos da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Empresa, para estabelecer os limites de risco apropriados e controlos e para monitorar os riscos e a aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gestão de riscos são revistos regularmente para reflectirem as alterações às condições de mercado e as actividades da Empresa. A Empresa, através dos seus padrões e procedimentos de formação e gestão, tem por objectivo desenvolver um ambiente disciplinado e construtivo de controlo, no qual todos os empregados compreendam os seus deveres e obrigações.

O Conselho de Administração da Empresa supervisiona como a direcção monitora o cumprimento das políticas e procedimentos de gestão de riscos da mesma e revê a adequação da estrutura de gestão de riscos em relação aos riscos enfrentados pela Empresa.

21.1 Riscos de Mercado

O risco de mercado é o risco que altera os preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e as taxas de juro irão afectar as receitas da Empresa ou o valor dos instrumentos financeiros. O objectivo da gestão de riscos de mercado é gerir e controlar as exposições dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno sobre o risco.

O risco principal que a Empresa enfrenta são as alterações ao preço do Petróleo. O preço do gás é calculado com base no Petróleo Bruto do Dubai, da Singapore Gasoil and High Sulphur Fuel Oil (HSFO), e é ajustado a cada trimestre.

21.1.1 Risco de moeda

A Empresa incorre em riscos como resultado das compras em moedas externas. A moeda que dá origem ao risco de moeda em que a Empresa negocia é o Metical moçambicano.

Exposição ao risco de moeda

A exposição da Empresa ao risco da moeda externa foi o seguinte, baseado em montantes hipotéticos:

	Junho de 2013 MT	Junho de 2012 MT
Fornecedores	(2 196 125)	(1 510 298)
	<u>(2 196 125)</u>	<u>(1 510 298)</u>

As taxas de câmbio significativas foram aplicadas durante o ano:

	Câmbio médio		Taxa pontual	
Data do Relatório	30 de Junho de 2013	30 de Junho de 2012	30 de Junho de 2013	30 de Junho de 2012
MT por USD	29.62	27.47	29.95	28.01

Análise de sensibilidade

Um decréscimo ou acréscimo de 1% no valor das moedas externas contra o Dólar dos Estados Unidos, nas exposições da moeda externa da Empresa, teria o efeito de crescer ou decrescer o capital dos accionistas, assim como o lucro antes de impostos, em USD 726 (2012: USD 534). Esta

análise assume que todas as outras variáveis permanecem constantes.

21.1.2 Risco da taxa de juro

A Empresa está exposta às alterações da taxa de juro sobre os seus empréstimos. O Conselho de Administração adopta uma política de assegurar que os seus empréstimos sejam a taxas de mercado para avaliar o risco da taxa de juro.

	Junho de 2013 USD	Junho de 2012 USD
Instrumentos de taxa fixa		
Deposito a taxa fixa	81 973 685	-
Obrigações financeiras	<u>50 453 012</u>	<u>75 933 730</u>
Instrumentos de taxa variável		
Obrigações financeiras	<u>29 477 035</u>	<u>13 888 889</u>

Análise de Sensibilidade

Um decréscimo ou um acréscimo de 1% na taxa de juro sobre os instrumentos financeiros de taxa variável da empresa teria o efeito de acrescer ou decrescer o capital dos accionistas e o lucro antes dos impostos em USD 1 517. Esta análise assume que as outras variáveis permanecerão constantes.

21.2 Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de perda financeira para a Sociedade se um cliente ou uma contraparte de um instrumento financeiro não cumprir as suas obrigações contratuais e surge principalmente das receitas dos clientes da Sociedade.

A Direcção tem uma política de crédito em vigor e a exposição ao risco de crédito é monitorada numa base contínua. A exposição ao crédito é limitada quando as receitas comerciais da Empresa são devidas somente pelo parceiro da Joint Venture. As outras receitas dizem, principalmente, respeito às partes relacionadas. A exposição máxima aos riscos de crédito é representada pelo montante a transportar, de cada bem financeiro, na folha de balanço.

Exposição ao Risco de Crédito

O montante a transportar de bens financeiros representa a exposição máxima ao crédito. A exposição máxima ao risco de crédito à data do relatório foi:

	Junho de 2013 USD	Junho de 2012 USD
Dívidas entre empresas do grupo	431 086	601 505
Clientes e outros devedores	11 777 912	6 887 961
Caixa e equivalentes de caixa	115 955 680	95 981 648
Exposição líquida	<u>128 146 278</u>	<u>103 471 114</u>

As receitas comerciais acima incluíram as vendas a um cliente-âncora, a Sasol Gas, uma subsidiária da Sasol Limited.

A maturidade das receitas comerciais à data do relatório era:

	Junho de 2013 USD	Junho de 2012 USD
Não vencido	<u>11 284 159</u>	<u>5 698 250</u>

Baseado nas taxas de incumprimento históricas, a Empresa acredita que nenhuma permissão de incumprimento é necessária, no respeitante às receitas comerciais.

21.3 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco da Empresa não ser capaz de cumprir as suas obrigações financeiras quando vencidas.

A abordagem da Empresa no que respeita à gestão do risco de liquidez visa assegurar, tanto quanto possível, que tenha sempre liquidez suficiente para cumprir as suas obrigações quando devidas, tanto em condições normais como de pressão, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou arriscar danos à reputação da Empresa.

O risco de liquidez é gerido activamente através de projecções de fluxo de caixa, para assegurar a disponibilidade de fundos suficientes para cumprir todos os compromissos de curto e longo prazo.

Tipicamente, a Empresa assegura que dispõe de numerário suficiente para fazer face às despesas operacionais previstas a curto prazo, incluindo o serviço de obrigações financeiras.

As maturidades contratuais de obrigações financeiras, incluindo as datas de pagamento estimadas são as seguintes:

	Montante a Transportar	Fluxo de Caixa Contratual	6 meses ou menos	06-12 Meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
	USD	USD	USD	USD	USD	USD	USD
30 de Junho de 2013							
Créditos bancários financeiros não-derivados	79 930 047	(79 930 047)	(6 400 074)	(7 761 202)	(15 138 988)	(36 941 819)	(13 687 965)
Cientes e outros devedores	4 269 793	(4 269 793)	(4 184 411)	-	(85 382)	-	-
	<u>84 199 840</u>	<u>(84 199 840)</u>	<u>(10 584 485)</u>	<u>(7 761 202)</u>	<u>(15 224 370)</u>	<u>(36 941 819)</u>	<u>(13 687 965)</u>
	Montante a Transportar	Fluxo de Caixa Contratual	6 meses ou menos	06-12 Meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
	USD	USD	USD	USD	USD	USD	USD
30 de Junho de 2012							
Créditos bancários financeiros não-derivados	89 822 619	(89 822 619)	(2 725 667)	(7 166 906)	(14 161 276)	(42 955 496)	(22 813 283)
Cientes e outros devedores	4 741 964	(4 741 964)	(4 741 964)	-	-	-	-
	<u>94 564 583</u>	<u>(94 564 583)</u>	<u>(7 467 631)</u>	<u>(7 166 906)</u>	<u>(14 161 276)</u>	<u>(42 955 496)</u>	<u>(22 813 283)</u>

22. Transacções com as associadas

A empresa é controlada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), que detém 70% das acções da empresa, 20% das acções são detidas pelo Governo de Moçambique e os restantes 10% pertencem a accionistas privados. As transacções durante o ano e os saldos do final do ano, com as associadas, são como segue:

	Junho de 2013 USD	Junho de 2012 USD
i) Saldos no final do ano que emergiram durante o ano		
Devedores interempresas (Note 7)		
Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP	412 686	601 505
Companhia Moçambicana de Gasoduto, SARL	-	-
	<u>412 686</u>	<u>601 505</u>
ii) Montante a receber do Consórcio		
Conta corrente com o Consórcio (Note 8)		
Outros bens no Consórcio (Note 8)	11 284 159	5 698 250
	<u>11 284 159</u>	<u>5 698 250</u>
iii) Saldos no final do ano emergentes durante o ano de compra de serviços, renda do escritório e pagamentos feitos (custos operacionais e bens fixos)		
Montante a pagar ao Consórcio		
Obrigações correntes – Consórcio (Note 14)	3 550 541	3 902 342
	<u>3 550 541</u>	<u>3 902 342</u>

iv) Vendas em Consórcio		
Gás e condensado (Note 15)		
Sasol Petroleum Temane	74 806 567	69 725 993
	<u>74 806 567</u>	<u>69 725 993</u>
v) Remuneração dos gestores – chave		
Salários e outros benefícios dos empregados a curto prazo (Note 16)	565 410	543 136
	<u>565 410</u>	<u>543 136</u>

23. Compromissos de Capital

Os compromissos de despesas de capital contratado e ainda não incorridos à data do balanço, são como segue:

	Compromissos autorizados de capital bruto	Autorizados & contratados	Dentro de um ano, Autorizados & não contratados
	USD	USD	USD
Consórcio (UJV) (a)			
Projectos	48 296 042	-	48 296 042
LPG	12 500 000	-	12 500 000
Projecto de expansão 183 MGJ	1 062 288	-	1 062 288
Trabalhos nos poços	62 500	-	62 500
Compressor de baixa pressão (LP)	31 117 652	-	31 117 652
Outros	3 553 602	-	3 553 602
Incorpóreos			
Medição IGPS	41 955	-	41 955
Custos administrativos da CMH			
Por aquisição de propriedade, instalações e equipamento	250 563	250 563	-

(a) O saldo acima corresponde a 25% do compromisso do Consórcio em despesas de capital.

24. Eventos após a data do Balanço

Em 20 de Agosto de 2013, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos aos accionistas no montante de USD 3 290 000. Tal foi calculado com base nos termos e condições de pagamento de dividendos definido no Acordo Intercredores celebrado entre a CMH, Accionistas, Mutuantes e o Agente de Garantia e, correspondem a 32% dos dividendos declarados em Junho de 2011.